

STJ: culpado na 2ª instância não é inocente

Condenado por roubar o país, Lula quer tirar onda de preso político

Reprodução



João Vicente: “Vou revogar a Reforma Trabalhista”

O ex-deputado João Vicente Goulart, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), defendeu nesta terça-feira, em entrevista ao programa “Café com Política”, da Radio Super Notícia FM, de Belo Horizonte, que a reforma trabalhista imposta por Temer terá que ser revista. “O que aconteceu com esse proposta de reforma trabalhista foi um ataque inaceitável aos direitos dos trabalhadores”, denunciou. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

O malandro não sabe a diferença entre político preso e preso político

Após a derrota no STJ, Lula declarou que “te-rei que ser considerado um preso político”, se a Justiça condená-lo. Trata-se de um equívoco. Geddel, Cunha e Cabral estão presos em Curitiba, mas não são presos políticos. Estão presos pela mesma razão que

Lula foi condenado: por receber propina, por roubo do dinheiro e da propriedade pública, por ocultar patrimônio. Roubar não é delito político. Muito menos roubar o país e o povo. Lula, também, queixou-se de sua condenação pelo TRF4. Pelo visto, está querendo um privilégio: o de roubar e não ser punido. **P 3**

Vazamento põe Temer sob suspeita de espionar STF. PF vai investigar

ABr

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, determinou, na terça-feira, que a Polícia Federal investigue as circunstâncias de como a defesa de Temer teve acesso a dados sigilosos referentes à decisão que quebrou o sigilo bancário do presidente, citando o fato de que a defesa de Temer, em petição apresentada ao STF, “revela conhecimento até mesmo dos números de autuação que teriam recebido procedimentos de investigação absolutamente sigilosos”. **Página 3**



Martin Raiser, diretor do Banco Mundial, veio repetir a tese do governo. Ao seu lado, ministro Padilha

Banco Mundial diz que salário mínimo no Brasil é alto demais

Em relatório sobre a economia brasileira, exposto nesta quarta-feira, 7, a convite do governo federal, o Banco Mundial afirmou que

o grande inimigo do emprego formal no Brasil é o “alto” e “crescente” salário mínimo. O relatório do Banco Mundial se soma à campanha aberta

da OCDE, pelo fim do salário mínimo no Brasil, atualmente em R\$ 954 e em penúltimo lugar de uma lista de 27 países. A comissão da OCDE que fez

o relatório era composta em boa parte por economistas do governo, deixando claro o que eles entendem por “combater os privilégios”. **Página 5**

ABr



Pimentel entrega nióbio, mas se defende: vender ativos não é privatização

Ao tentar justificar a entrega da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, responsável pela exploração do minério nióbio, o governador, Fernando Pimentel (PT),

nega que esteja em curso uma privatização, mas sim, uma venda de ativos. Deve ser um vício petista, Dilma também chamava privatização das rodovias de concessão. **Página 4**

Desaba a produção industrial em janeiro: -2,4%

Pág. 6

PF revela criminoso esquema de propina no Ministério do Trabalho

O Ministério do Trabalho do governo Michel Temer não consegue sair das páginas policiais. É um escândalo atrás do outro. Acaba de ser revelado mais um esquema criminoso de propina no órgão, desta vez comandado pelo deputado Paulinho da Força, do Partido Solidariedade, e Jovair Arantes, líder do PTB na Câmara Federal. Segundo a Polícia Federal, os prepostos dos dois partidos no Ministério cobravam propina para liberar os registros sindicais.

O esquema foi revelado à Polícia Federal por Afonso Rodrigues de Carvalho, presidente do Sintrave (Sindicato das Pequenas e Micro Empresas de Transporte Rodoviário de Veículos Novos do Estado de Goiás). Ele tentava regularizar a entidade desde 2012. O processo estava parado. Os emissários do esquema, Silvio de Assis e Verusca Peixoto, procuraram Afonso e disseram a ele que a carta só sairia mediante pagamento de R\$ 4 milhões em propina.

Afonso Rodrigues gravou a conversa e levou os áudios à PF (Polícia Federal), que passou a monitorar o caso. A PF orientou que Rodrigues de Carvalho mantivesse as negociações. Em um segundo encontro, também monitorado, ele reclamou do alto valor cobrado e o preço da propina caiu para R\$ 3,2 milhões. O órgão responsável pela liberação dos registros sindicais no ministério é a Secretaria de Relações do Trabalho. Quem ocupa este cargo atualmente é Carlos Cavalcante de Lacerda, indicado ao posto por Paulinho da Força, presidente do Solidariedade.

Veja matéria completa no site www.horadopovo.org.br

Moro condena Bendine a onze anos de prisão

O ex-presidente da Petrobrás e do Banco do Brasil Aldemir Bendine foi condenado, na quarta-feira (7), a 11 anos de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Ele foi acusado pela força-tarefa da Operação Lava Jato de receber R\$ 3 milhões em propina da Odebrecht, para facilitar contratos entre a empreiteira e a estatal.

O juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância, determinou o início do cumprimento da pena em regime fechado. Segundo a decisão, a progressão do regime fica condicionada à devolução do “produto do crime”.

Bendine assumiu a presidência do Banco do Brasil em abril de 2009, a convite do ex-presidente Lula. Ficou no cargo até fevereiro de 2015, quando foi indicado por Dilma Rousseff para a presidência da Petrobrás, onde permaneceu até maio de 2016.

O homem de confiança da então presidente, “o doutor Bendine”, foi escolhido pelo “desempenho no Banco do Brasil, que era um elemento, para mim, bastante valioso”, disse Dilma em depoimento a Moro, como testemunha de defesa de Bendine, em outubro do ano passado.

Bendine está preso desde julho de 2017, quando foi deflagrada a 42ª fase da operação, denominada “Cobra”. O executivo foi citado no acordo de colaboração premiada do empreiteiro Marcelo Odebrecht como um

dos beneficiários de pagamento de vantagens indevidas.

Unico ex-presidente da Petrobrás que virou alvo de processo na Operação Lava Jato, Bendine foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) pelos crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro. Também é acusado de tentar embarçar as investigações. Além dos depoimentos de ex-executivos da empreiteira, e-mails enviados por ele a dirigentes da Odebrecht reforçaram a denúncia.

De acordo com a força-tarefa, os crimes ocorreram de 2014 a 2017. Em 2015, ele deixou o BB com a missão de acabar com a corrupção na petroleira, alvo da Lava Jato. Mas, segundo colaboradores da Odebrecht, já cobrava propina no banco e continuou cobrando na Petrobrás.

Quando comandava o Banco do Brasil, Bendine pediu R\$ 17 milhões à Odebrecht para rolar uma dívida da empresa com a instituição. O valor não chegou a ser pago, porque a empresa avaliou que ele não teria capacidade de influenciar no contrato.

“O condenado assumiu o cargo de presidente da Petrobras em meio a um escândalo de corrupção e com a expectativa de que solucionasse os problemas existentes. O último comportamento de dele se esperava era corromper-se, colocando em risco mais uma vez a reputação da empresa”, escreveu Moro na sentença.

Produção industrial cai 2,4% em janeiro, após zerar ano passado



Às custas da Petrobrás, governo locupleta multinacionais dos EUA

O anúncio de que a Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) entrou com reclamação no Cade contra a Petrobrás, porque a empresa estatal estaria “oferecendo preços abaixo da paridade internacional”, é sui generis.

Primeiro, porque a política do atual presidente da Petrobrás, Pedro Parente, tem sido, exatamente, a oposta: a de manter os preços da Petrobrás acima dos preços internacionais.

Segundo, porque esses importadores acham que é obrigação da Petrobrás manter preços que facilitem os seus lucros com a importação de gasolina e diesel. É somente à custa da Petrobrás que eles pretendem ganhar – e só assim acham que podem ganhar. Logo, para eles, a função da Petrobrás é garantir-lhes os lucros.

Nem mesmo estamos nos remetendo, aqui, àquela estupidez – e falta completa de compromisso com o país – segundo a qual os preços internos da Petrobrás teriam que ser iguais (“paritários”) aos preços internacionais, que, evidentemente, são preços de monopólio, determinados pelo cartel das

petroleiras.

Se a Nação tanto lutou para construir a Petrobrás, foi, exatamente, para que não estivessemos submetidos à extorsão dos preços de combustíveis, estabelecidos pelo que Enrico Mattei, presidente da ENI no início da década de 60, chamou “as sete irmãs” – que, hoje, nem sete são.

Sob Parente, Temer e outros bandidos, a política oficial é manter os preços internos dos combustíveis acima dos externos. Por exemplo, ao anunciar novos preços para a gasolina e o diesel, em dezembro último, diz o comunicado: “a decisão mantém inalterada a política de preços em vigor, reafirmando o compromisso da companhia de operar sempre com margem positiva acima da paridade internacional”.

Daí, os sucessivos aumentos de combustíveis.

É óbvio, como aponta a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), que essa política tem o objetivo de favorecer “os produtores norte-americanos, os ‘traders’ multinacionais, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil. Perderam os consumidores

brasileiros, a Petrobras, a União e os estados federados com os impactos recessivos e na arrecadação”.

Mas, se é assim, de que estão se queixando os importadores de combustíveis reunidos na Abicom?

Uma pista importante é que a Shell – ou a sua subsidiária, a Raízen – não assinou a reclamação ao Cade, assim como nenhum grande importador. Nem as maiores tradings que importam combustíveis, nem a Ipiranga, hoje pertencente ao Grupo Ultra.

Pelo contrário, o diretor-superintendente da Ipiranga declarou, em novembro, que havia um mundo de oportunidades nas importações de combustíveis, com a “nova” política de preços da Petrobrás. Literalmente: “Vemos oportunidades não só de capturar alguma arbitragem que surja, no curto prazo, mas, mais do que isso, é a visão de longo prazo que as companhias mais estruturadas, com mais escala, têm oportunidade de se diferenciar e capturar benefícios que um mercado mais dinâmico pode oferecer”.

C.L.
Veja matéria completa no site www.horadopovo.org.br

Economista denuncia política criminosa de destruição do parque nacional de etanol

As importações de etanol superaram a exportações do combustível no ano 2017, segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP). Esta é a primeira vez que ocorre um déficit na balança comercial de etanol, desde o início da pesquisa no setor, em 2004. O Brasil, que produz cana-de-açúcar de Norte a Sul, se tornou o principal destinatário de exportação do etanol de milho dos Estados Unidos. Cerca de 1,69 bilhão de galões (5,19 bilhões de litros) ou 33% do total de embarques, no ano passado, conforme um resumo detalhado das exportações de etanol de 2017 e estatísticas de importação do etanol da Renewable Fuels Association (RFA), a partir de dados do governo americano.

Para o presidente do Sindicato dos Economistas do Distrito Federal (SINDECON-DF), Flauzino Antunes Neto, “esse quadro reflete, de forma particular, como se trata o setor econômico nacional. Abrimos mão de toda a nossa soberania e governança em gerar riquezas genuinamente nacionais”. Segundo ele, “o governo federal está completamente cúmplice do crime de matar todo o parque industrial das usinas de etanol. Está concordando em aceitar que o produto americano é superior ao nosso, sendo que a tecnologia toda, desde o início na década de 70, foi gerada no Brasil e sempre fomos caso de excelência”, afirmou em entrevista a Hora do Povo. Flauzino destacou ainda os prejuízos dessa política na renda e no emprego, além das exportações.

Ele lembrou que em 2010, em um trabalho de sua au-

toria, “A desnacionalização do setor sucroalcooleiro e seu impacto no mercado de trabalho”, já alertava sobre a desnacionalização do setor sucroalcooleiro.

“Se depender de nossos queridos e tradicionais usineiros, logo essa tecnologia não será mais nossa, pois preferem ser comandados a comandar. É mais fácil, não demanda esforço, basta juntar-se aos grandes - pela porta dos fundos, é claro. O capital internacional está ávido por taxas altíssimas de lucro, como somente um novo mercado pode dar. E o Brasil, com suas terras abundantes e férteis, clima propício, tecnologia, mão-de-obra para a produção de energia limpa e renovável, e, principalmente, com os capitalistas que possui, vira presa fácil para tal empreitada dos capitais internacionais. Os estrangeiros possuem duas coisas: mercado consumidor e capital. Portanto, utilizam-se dos seus meios de persuasão, como primeiros-ministros, políticos de prestígio e as mídias internacionais imparciais... Dificultam a entrada do etanol em suas fronteiras, alegando trabalho escravo, o avanço da cana em cima dos alimentos, as queimadas, o fim da Amazônia e etc. Resumidamente, o que propuseram foi uma troca - o mercado mundial à disposição do etanol em troca das usinas”, anotou o ex-professor do Departamento de Administração - Faculdades de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva/FAIT. (Ler a condensação deste trabalho, na edição 2860, deste jornal, em maio de 2010).

Em relação à falta de uma política nacional para o setor



Flauzino, presidente do SINDECON-DF

de combustíveis, como ocorre nos EUA, e outros países, Flauzino afirmou que o que houve foi “a aplicação de uma estratégia deliberada em beneficiar o capital internacional em detrimento do capital nacional! Mais um caso de crime lesa-pátria”, denunciou o economista.

Sobre as declarações do presidente da União da Indústria de Cana-De-Açúcar (Unica), Antônio de Pádua Rodrigues, de que a nova política de preços para os combustíveis de Pedro Parente (presidente da Petrobrás), com base nos preços internacionais, garante maior previsibilidade ao setor, Flauzino Neto disse que essa paridade com os preços internacionais “poderia afetar positivamente o consumo e a produção de etanol se fizesse parte de um grande projeto nacional de incentivo local à produção, pois com a gasolina mais cara, é natural a migração ao etanol, melhorando o quadro geral. Como não é, a importação tende a aumentar. Infelizmente”, declarou o economista.

ANTÔNIO ROSA

Segundo o IBGE, queda foi generalizada

Em janeiro, a produção industrial caiu 2,4% na comparação com dezembro/2017, depois de crescimento ZERO da indústria em todo o ano passado, segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na terça-feira (6). “Essa foi a maior queda na produção industrial desde fevereiro de 2016 (-2,5%)”, registrou o instituto. Os resultados do primeiro mês do ano, nas grandes categorias econômicas foram negativos: Bens de Capital (máquinas e equipamentos, materiais de construção e instalações industriais) caíram 0,3%; Bens Intermediários, -2,4%; Bens de Consumo Duráveis, -7,1%; e os Bens Semiduráveis e não Duráveis, que tiveram uma pequena variação de 0,5%, ou seja próxima a Zero.

Conforme o IBGE, “Na passagem de dezembro de 2017 para janeiro de 2018, a atividade industrial teve perfil generalizado de queda, alcançando três das quatro grandes categorias econômicas e 19 dos 24 ramos pesquisados”.

A principal influência negativa no resultado da produção no período foi registrada no setor de veículos automotores, rebouques e carrocerias (-7,6%). “Como o setor automobilístico apresenta importantes encadeamentos dentro da própria indústria, pode ter exercido grande influência sobre outros ramos, como em metalurgia [-4,1%], outros equipamentos de transporte [-12,1%], produtos de metal [-4,9%], borracha e plástico [-5,4%] e até equipamentos de informática e produtos eletrônicos, dado que muitos deles são embarcados em veículos”, avalia o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

“A indústria automobilística tem um forte efeito de encadeamento e afeta diversos ramos que produzem componentes utilizados nos automóveis”, declarou o gerente da pesquisa, André Macedo.

Outras contribuições negativas relevantes sobre a produção industrial vieram de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-2,4%), de produtos diversos (-11,2%), de celulose, papel e produtos de papel (-3,3%), de produtos alimentícios (-1,1%) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,6%). Esta última atividade do setor de petróleo e gás recuou pelo quarto mês consecutivo

e acumulou perda de -7,5%.

Mas o que esperar de uma economia na qual a taxa real de juros continua na estratosfera e o investimento das empresas está no fundo do poço, caindo pelo quarto ano consecutivo (-1,8%). O investimento é expresso pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – compras de máquinas e equipamentos e construções.

Já a taxa de investimento, ou seja, o percentual do valor investido sobre o PIB (FBCF/PIB), ficou em 15,6% no ano passado, a menor da série histórica do IBGE. O Brasil tem hoje a 153ª taxa de investimento do mundo, em 174 países.

O desempenho da indústria é consequência dos governos do PT e de Temer, com juros siderais e corte de investimentos. Daí a queda da indústria de transformação – a base para qualquer política de desenvolvimento - no PIB para apenas 11,8% no passado.

O resultado da produção industrial em janeiro jogou por terra a falácia do governo Temer de que estaria havendo uma “recuperação da economia” e de que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de 1% em 2017 - inferior à taxa de crescimento anual da população (1,2%) -, revelaria um “crescimento forte”, comemorado pelo alucinado Henrique Meirelles.

Que o digam as 26,7 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE, que estão em condições de trabalhar no Brasil, mas não estão conseguindo.

Na verdade, o país regrediu para os tempos da República Velha. A variação de 1% do PIB se deu pelo crescimento de 13% da agropecuária, mas nem isso dá para comemorar, pois se deveu fundamentalmente de dois produtos agrícolas: milho (+55,2%) e soja (+19,2%).

O Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria paulista recuou 0,9% em janeiro ante dezembro. A vendas reais manteve-se estável, 0,0% no mês, mas a variável das horas trabalhadas na produção e o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) recuaram 1,1% e 0,5 ponto percentual, respectivamente. Os dados foram divulgados na quarta-feira (7) pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Não há, portanto, qualquer crescimento significativo, e muito menos sustentável, da produção industrial no país.

Supremo torna réus deputados e ex-ministro Negromonte do PP

Lava Jato: responderão por corrupção e lavagem de dinheiro

Os deputados federais do PP, Luiz Fernando Faria (MG) e José Otávio Germano (RS), e os ex-deputados federais João Pizzolatti Jr. (PP-SC) e Mário Silva Negromonte, que foi ministro das Cidades no governo Dilma e, atualmente, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, tornaram-se réus em julgamento na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta terça-feira (6).

Eles responderão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no âmbito da Operação Lava Jato.

Segundo a denúncia, os políticos do PP receberam propina decorrente da cobrança de percentuais sobre os valores dos contratos firmados pela Diretoria de Abastecimento da Petrobrás entre 2006 e 2014.

Além desta denúncia, tramita no STF outra ação envolvendo parlamentares do partido – a do “quadrilhão do PP” – que foi oferecida pelo então procurador-geral Rodrigo Janot. Ficaram livres da acusa-

ção três deputados federais que também haviam sido denunciados pela PGR, o líder do PP na Câmara, Arthur de Lira (PP-AL), Roberto Pereira de Brito (PP-BA) e Mário Negromonte Junior (PP-BA), filho do conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Os ministros Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello consideraram como lavagem de dinheiro o pagamento de propina disfarçada como “doações oficiais”. Já os outros ministros integrantes da Segunda Turma, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, votaram em sentido contrário.

Outra divergência foi sobre se deveria ser aceita a denúncia contra os deputados federais Luiz Fernando Faria (PP-MG) e José Otávio Germano (PP-RS). Fachin, Lewandowski e Celso de Mello votaram a favor, e Toffoli e Gilmar, contra. A maioria considerou que as informações que foram dadas pelo dileiro Alberto Youssef em colaboração premiada eram suficientes para aceitar a denúncia.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Pré-candidato a presidente pelo PPL João Vicente Goulart visita o Rio de Janeiro: “Jango queria um Brasil para todos”

O ex-deputado João Vicente Goulart, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), estará cumprindo uma extensa agenda política no Rio de Janeiro na próxima terça-feira (13). O filho do ex-presidente João Goulart será recebido pela direção estadual do PPL e dará uma entrevista à Rádio SAARA, saindo depois, às 14 horas, para uma caminhada pelo comércio local.

Ainda na terça-feira, João Vicente dará entrevista ao Jornal do Brasil e ao Monitor Mercantil.

Ele garantiu que sua luta é a mesma de Jango. A luta para transformar o Brasil numa grande nação. “Meu pai queria um Brasil para todos e não para poucos privilegiados. Ele lutou por um país onde todos os irmãos brasileiros tivessem as mesmas oportunidades para alcançarem uma vida digna para si e para as suas famílias. Não mais podemos deixar de trazer à tona as reformas de base do governo de meu pai. O programa do PPL me trouxe a esperança de reerguer um legado que dormia nas prateleiras políticas do trabalhismo”, garante João Vicente Goulart (PPL).

O pré-candidato do PPL tem percorrido o Brasil defendendo as idéias do Nacional-Desenvolvimentismo e propondo uma união de todos os patriotas para derrotar a política neoliberal do governo, que tantos males tem causado ao Brasil. Em BH, João Vicente afirmou que, se eleito, revogará a reforma trabalhista que, segundo ele, “foi um golpe contra os direitos dos trabalhadores”. O pré-candidato tem se posicionado também contra as privatizações e a submissão do país ao capital financeiro internacional.

Dois dias depois da visita de João Vicente ao Rio de Janeiro, na quinta-feira, dia 15 de março, o presidente do PPL do Rio de Janeiro, Vivaldo Barbosa, estará lançando o seu livro “Industrialização e Nacionalização – Como se Forja uma Nação ou As perdas Internacionais”. A tarde-noite de autógrafos ocorrerá na Livraria Travessa, na rua 7 de Setembro, 54, no Centro, às 17 horas.

“Teremos de rever a reforma trabalhista”

O ex-deputado João Vicente Goulart, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), defendeu na terça-feira, em entrevista ao programa “Café com Política”, da Rádio Super Notícia FM, de Belo Horizonte, que a reforma trabalhista imposta por Temer terá que ser revogada. “O que aconteceu com esse proposta de reforma trabalhista foi um ataque inaceitável aos direitos dos trabalhadores”, denunciou João Vicente. “Nós teremos que rever isso”, afirmou o pré-candidato, ressaltando a importância da recuperação salarial para a ampliação do mercado interno.

Ler mais em www.horadopovo.org.br

Boulos gera onda de críticas dentro do PSOL

Um dos pré-candidatos do PSOL à presidência da República, Plínio de Arruda Sampaio Jr, conhecido como Plininho e filho do candidato do partido em 2010, criticou a interferência do ex-presidente Lula no lançamento da candidatura de Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), para também disputar o cargo pelo partido.

A ex-deputada federal Luciana Genro (RS), candidata do partido à presidência em 2014, manifestou preocupação com o perfil que a candidatura de Boulos assumirá e as posturas dele em relação ao ex-presidente. “A gente não pode ser linha auxiliar do PT e do Lula. Isso tem que ficar muito claro. Depois de dez anos sendo oposição de esquerda ao PT, não poderemos ter como candidato um avalista do Lula”, disse.

Boulos assinou a ficha de filiação na segunda-feira (5), durante ato na Fundação Lauro Campos, em São Paulo. Mas a forma como desembarcou rachou o partido. Lula chegou a gravar vídeo referendando sua pré-candidatura, o que serviu de munição aos descontentes com a chegada do líder do MTST.

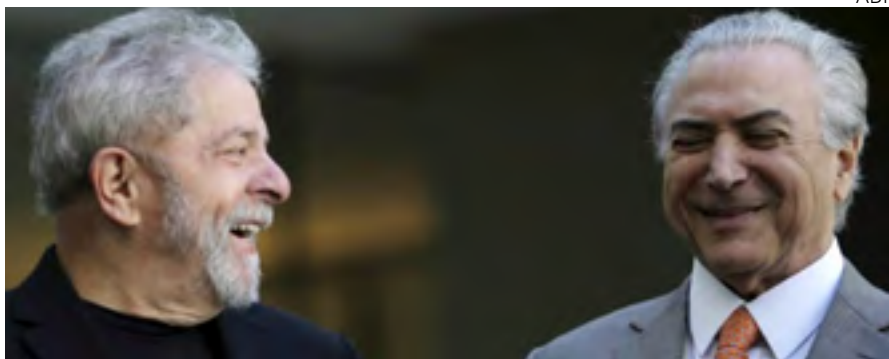
Segundo Plininho, a interferência do petista

é “esdrúxula”, visto que o Psol foi criado para ser uma crítica ao lulismo. Pelas redes sociais, ele afirmou que lutará até as últimas consequências para que o partido não se transforme em uma sublegenda do PT. “Não entregaremos o PSOL para quem, pretendo desvirtuá-lo”, disparou. Ele afirmou que o lançamento de Boulos como candidato é golpe. Plínio Jr argumentou que o processo se deu sem debate e sem a aprovação dos militantes. “(...) o programa e o candidato do Psol não têm legitimidade para representar a vontade política do conjunto do partido. Escolha de programa e candidato sem consulta à base é golpe”.

A pré-candidatura de Boulos será oficializada em conferência eleitoral do PSOL no próximo sábado (10). Porém, outros pré-candidatos como o economista Nildo Ouriques e o pedagogo Hamilton Assis também devem insistir na realização de debates entre os postulantes e prévias.

“Um candidato lulista no PSOL é um completo desrespeito à história de nosso partido”, escreveu no facebook o ex-deputado federal Babá (PA). A legenda surgiu em 2005, após a debandada de petistas irritados com os primeiros anos do governo Lula.

Para Lula, Geddel, Cunha, Cabral e Paulo Maluf são presos políticos



Lula disse que esse negócio de “Temer nunca mais” é “bobagem” STF quer saber como a defesa de Temer teve acesso a dados sigilosos de inquérito

Michel Temer deve achar que pode desacatar impunemente o Supremo Tribunal Federal (STF) e ficar por isso mesmo. Ele insinuou que o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, relator do inquérito que investiga o caso envolvendo a empresa Rodrimar, estaria mentindo sobre as informações sigilasas que foram vazadas e caíram nas mãos de sua defesa. Barroso garantiu que houve vazamento criminoso e determinou a investigação dos responsáveis por parte da Polícia Federal.

Na segunda-feira (5), o ministro Barroso determinou a quebra do sigilo bancário de 2013 a 2017 do presidente e dos demais investigados no inquérito que investiga o esquema de propinas envolvendo Michel Temer e a Rodrimar. A decisão de Barroso provocou uma histeria do Planalto. Ministros e demais auxiliares de Temer

esbravejaram contra a decisão e, ao apresentarem uma petição ao STF, deixaram escapar que estavam tendo acesso criminoso a informações sigilasas. Indignado com o acesso da defesa de Temer nos dados sigilosos, Barroso determinou, na terça-feira (06), que a Polícia Federal investigue as circunstâncias de como a defesa do presidente teve acesso a informações referentes à decisão que quebrou o sigilo bancário de Temer, citando o fato de que a defesa de Temer, em petição apresentada ao STF, “revela conhecimento até mesmo dos números de autuação que teriam recebido procedimentos de investigação absolutamente sigilosos”.

Cinicamente a defesa de Temer disse que as informações não eram sigilasas e sim públicas. Disse também que elas foram obtidas no site do STF. Barroso rebateu imediatamente o que disse o Planalto e reforçou a de-

cisão de colocar a PF para investigar os responsáveis pelos vazamentos. “Diante de novo vazamento, determino seja incluída na investigação – cuja abertura foi por mim determinada neste Inquérito, no despacho de 27.02.2018 –, a apuração das responsabilidades cabíveis”, completou o ministro do STF. “[A quebra do sigilo bancário de Temer] É um procedimento sigiloso. As palavras perderam o sentido no Brasil”, prosseguiu Barroso.

Com o cerco se fechando sobre suas falcatruas, Michel Temer tentou neutralizar a quebra de sigilo bancário, determinada pelo STF, anunciando demagogicamente que pretende disponibilizar seus extratos bancários. E só não precisa fazer isso porque o Banco Central será obrigado, por força da decisão do ministro Barroso, a quebrar todo o seu sigilo bancário e não apenas dos extratos escolhidos pelo investigado.

Segundo a CNT, 54,2% não votariam em um candidato apoiado por Lula

Apesar de manter a liderança na pesquisa CNT/MDA, divulgada na última terça-feira (6), o ex-presidente Lula teve recuo nas intenções de voto espontâneas para o primeiro turno. No levantamento anterior, em setembro de 2017, ele tinha 20,2%. Na consulta atual caiu para 18,8%.

Realizada de 28 de fevereiro a 3 de março, a sondagem foi a primeira realizada após o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) manter a condenação que ele recebeu na primeira instância da Justiça no caso do

triplex do Guarujá (SP), aumentando a pena para 12 anos e 1 mês de prisão.

O levantamento também abordou as acusações contra Lula na questão do apartamento, apontando que 52,1% dos entrevistados consideraram que o ex-presidente deveria ter sido condenado. Apenas 37,6% disseram que ele deveria ter sido inocentado.

Para 52,5%, o petista não deveria disputar as eleições e 43,3% acreditam que ele deveria ser autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a participar do pleito de

outubro. Lula deverá ser impedido de disputar a eleição, uma vez que a Lei da Ficha Limpa determina a inelegibilidade de condenados na Justiça por órgãos colegiados, caso da 8ª Turma do TRF-4.

Caso seja impedido de disputar, 54,2% dos entrevistados disseram que não votariam em alguém indicado por ele. Segundo o levantamento, 26,4% disseram que poderiam votar, a depender do nome apresentado, e somente 16,4% votariam em qualquer candidato indicado pelo petista.

Insultos, vaias e ameaças na reunião do PSDB. Aníbal critica Dória e afirma: ‘foi uma arapuca’

O diretório estadual do PSDB decidiu, na segunda-feira (5), que as prévias para escolha do candidato tucano ao governo de São Paulo serão concluídas em março. O calendário definido prevê que a consulta ocorrerá nos dias 18 e 25 de março, respectivamente, primeiro e segundo turnos.

Considerada uma vitória do prefeito João Dória, a decisão não agradou os outros pré-candidatos da sigla, que queriam prévias nos dias 25 de março e 2 de abril. A proposta, derrotada por 70 votos a 34, foi defendida por José Aníbal, suplente do senador José Serra; Floriano Pesaro, secretário estadual; e Luiz Felipe d’Ávila, cientista político.

Aníbal acusou o presidente do diretório, deputado estadual Pedro Tobias, e o secretário, César Gontijo, de terem armado uma “arapuca pró-Dória”. “Armaram o roteiro, mas não nos informaram”, afirmou, em entrevista para o portal UOL.

“Eles estavam informadíssimos de como tudo transcorreria. Quando nos chamaram para a reunião, informaram apenas que seria ‘sobre as prévias’. No fim, se sabia até de aluguel de música. E agora, qual a explicação?”, indagou.

A música à qual ele se referiu é o “tema da vitória” do ex-piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, usado por Dória desde os eventos no Lide. Os pré-candidatos também criticaram o fato da reunião ter sido marcada por vaias e insultos lançados por partidários do prefeito de São Paulo, grande parte deles não

integrantes do diretório. “Aquilo parecia uma arapuca armada com a complacência da executiva estadual e dos aliados do prefeito. Tenho absoluta certeza que muitos que votaram a proposta 1 [que venceu] o fizeram por constrangimento total. Afinal, havia uma sequência de berros com quem votasse na outra proposta”, disse o 3º Vice-presidente Evandro Losacco.

Para Floriano Pesaro, o clima de torcida organizada é prejudicial ao partido. “Não me agrada esse tipo de comportamento Fla-Flu, com manifestações raivosas, como se não estivéssemos tratando de pessoas do mesmo partido. Reprovo veementemente essa agressividade: é preciso respeito à história de cada um”, observou.

Lula dava a “última palavra” nas nomeações da Petrobrás, disse Dirceu para o juiz Moro

O ex-ministro José Dirceu afirmou na segunda-feira (5), durante depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, que a “última palavra” nas nomeações para a Petrobrás era “do presidente” Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, as indicações não dependiam “só do PT, muito

menos de Silvio Pereira ou da Casa Civil”.

Dirceu foi ouvido pelo juiz por videoconferência, realizada na sede da Justiça Federal no DF. Ele prestou depoimento como testemunha de defesa do ex-secretário do PT, Silvio Pereira, em ação que apura propina da empreiteira GDK em

troca de favorecimento em licitação da Petrobrás.

Provavelmente, sem querer entregar, Dirceu se traiu, contrariando as declarações de Lula, de que não tinha participação nas nomeações da Petrobrás e não tinha conhecimento de nada na estatal.

Para Lula, Geddel, Cunha, Cabral e Paulo Maluf são presos políticos

Foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele agora quer ser visto como “preso político”, após se comparar com Mandela, Gandhi e Tiradentes

O vídeo divulgado por Lula após a rejeição de seu pedido de habeas corpus preventivo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) é, rigorosamente, cínico.

A começar pelo trecho em que diz: “*Se não provarem um real na minha conta, um dólar na minha conta, uma telha na minha conta que não seja minha, terei que ser considerado um preso político*”.

Lula foi condenado a 12 anos e um mês por ter recebido propina, em troca de facilitar e abrigar a pilhagem de uma empreiteira – através de sobrepregos e superfaturamento – contra a maior realização do povo brasileiro após a Revolução de 1930, a Petrobrás.

PROVAS

Lula foi condenado duas vezes, por quatro juízes diferentes, por roubo (corrupção passiva) e ocultação de patrimônio (lavagem de dinheiro obtido ilícitamente) que obteve através do assalto à nossa maior empresa, a mais popular e mais estratégica, pertencente ao próprio povo brasileiro.

Resumindo, Lula foi condenado por roubar o país e o povo brasileiro.

Contra ele foi encontrado não um real ou um dólar ou uma telha, mas um apartamento de três andares – um triplex – à beira mar, no badalado balneário oceânico de Guarujá, São Paulo.

As provas foram absolutamente copiosas – e, com o julgamento em segunda instância sendo transmitido pela TV e por rádio, todos ouviram o longo desfiar das provas, durante horas.

Essas provas foram tão cabais, que Lula e sua defesa nem tentaram desmenti-las. Preferiram se concentrar em preliminares ridículas, eludir o conteúdo do que estava em causa, e, simplesmente, dizer – como ele repete agora – que não existe aquilo que todos estão vendo que existe.

Esse é apenas o primeiro processo.

Há cinco outros, com sítio, apartamento e o escambau, ainda para serem julgados. E nem falem nos US\$ 14.400.000 (quatorze milhões e 400 mil dólares) que ele recebeu por palestras absolutamente pneumáticas (ou seja, cheias de ar), sendo US\$ 6.000.000 (seis milhões de dólares) das empreiteiras agarradas na Operação Lava Jato.

Em suma, se for preso, Lula jamais vai ser um “preso político”, assim como Eduardo Cunha, preso em Curitiba, não é um preso político; assim como Geddel Vieira Lima, preso em Curitiba, não é um preso político; assim como Sérgio Cabral, preso em Curitiba, não é um preso político.

Todos, Lula, Cunha, Geddel, Cabral, são ladrões do dinheiro público e da propriedade pública. Não são presos políticos.

Que Lula pretenda se elevar à condição de “preso político”, faz parte de sua deterioração moral.

Mas roubo não é um delito político – mesmo quando quem é roubado é a sociedade, ou seja, o país, o povo. Aliás, aí mesmo é que o roubo não é um delito “político”.

Ou, dito de outra forma: quer passar por perseguido político, entrar na categoria de Tiradentes ou de Mandela, quando se pertence à mesma categoria dos cunhas, geddes e cabrais, deveria ser um crime extra, a demandar punição. E, com efeito, também esta chegará, mais cedo do que tarde. Mas, nesse caso, o tribunal será o povo.

No julgamento de terça-feira, os ministros do STJ fizeram apenas o que tinham de fazer. Como disse o relator, Felix Fischer, acompanhado pelos seus colegas:

1) Não existe nenhum risco de prisão iminente, antes de terminarem os recursos à segunda instância, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que justifique um “habeas corpus” preventivo.

2) A defesa de Lula tem o direito de fazer um “recurso

especial” ao STJ após encerrada a apreciação dos recursos no TRF4. Mas não pode discutir através de um “habeas corpus” assuntos que são próprios do “recurso especial”. Em suma, não pode antecipar o recurso, antes que termine o julgamento no TRF4, cobrindo-o com a forma de um “habeas corpus”.

3) O “recurso especial” não tem efeito suspensivo da execução da pena. Um indivíduo condenado à prisão pode recorrer ao STJ (“recurso especial”) e ao STF (“recurso extraordinário”), mas esses recursos não suspendem a sua prisão.

Existe decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) neste sentido – e com fundamento, pois a segunda instância é a última a examinar o mérito do processo, ou seja, se o acusado é culpado ou inocente.

Os recursos ao STJ ou ao STF não analisam a questão da culpa, são destinados a questões de Direito, ou seja, se as normas (“princípios e regras”) jurídicas foram respeitadas nos julgamentos anteriores.

Um dos ministros referiu-se a essa questão – a do cumprimento da pena após o julgamento em segunda instância, mesmo existindo recursos à terceira (STJ) e quarta (STF) instâncias – como “*necessário para reverter a situação de impunidade que vivíamos*”.

Esse é o centro da questão: permitir que a execução da pena seja suspensa enquanto correm recursos no STJ e STF, além de ilegal, significa jamais punir alguém que tenha dinheiro suficiente para pagar advogados que façam esses recursos.

Como disse o ministro Luís Roberto Barroso, quando essa questão foi discutida no STF:

“... permite-se que as pessoas com mais recursos financeiros, mesmo que condenadas, não cumpram a pena ou possam procrastinar a sua execução por mais de 20 anos. Como é intuitivo, as pessoas que hoje superlotam as prisões brasileiras (muitas vezes, sem qualquer condenação de primeiro ou segundo graus) não têm condições de manter advogado para interpor um recurso atrás do outro” (cf. HC 126.292/SP, 17/02/2016).

TRF-4

Tudo isso vale para Lula e para qualquer um. Mas Lula está querendo um privilégio: o de roubar e não ser punido. Talvez seja por isso que um de seus defensores declarou, após o julgamento no STJ, que “*foi um resultado unânime no qual o tribunal preferiu manter-se na posição punitivista em grande voga no país*”.

Realmente, a posição de que criminosos têm que ser punidos – e de que é função da Justiça punir – é muito popular em nosso país.

A tragédia seria se não fosse popular – pois aí estaríamos em uma terra onde o senso moral teria deixado de existir, onde as pessoas teriam complacência com aqueles que as roubam.

O que fazer diante de alguém que declara, como Lula em seu vídeo, que “*depois daquela votação no TRF-4, sinceramente, se dependesse dali eu não teria por que acreditar na Justiça, porque aquilo foi uma encenação de uma coisa absurda. A impressão que eu tenho é que nenhum juiz teve a menor preocupação de ler os autos do processo*”?

Todo mundo sabe que isso é mentira. Somente o relatório e voto do desembargador João Pedro Gebran Neto, relator do processo no TRF4, preencheu 544 páginas, analisando cada aspecto dos autos. Durante três horas e meia, televisadas para todo o país, o desembargador resumiu seu voto, com detalhes, apesar do caráter sintético da sustentação oral.

Lula chegou a um ponto em que não importa o que é verdade – mesmo quando todos sabem o que é verdade. Pode ser triste para alguns, mas, para Lula, essa ausência de qualquer respeito pelos outros, é o começo do fim. Ou, talvez, mais exatamente, para ele, seja o fim do fim.

CARLOS LOPES

Pimentel diz que vender ativos da Codemig não é privatização

Para entregar o nióbio brasileiro às multinacionais, governador do PT em Minas Gerais diz que entrega da estatal é necessária para pagar os servidores

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), quer entregar 49% da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig), para a iniciativa privada, mas, segundo ele, “não é possível falar em privatização. Vamos assegurar o fortalecimento da economia mineira junto ao pagamento de servidores”. A empresa estatal exerce os direitos de lavra do nióbio e das águas minerais naturais de algumas cidades mineiras.

A venda dos ativos da Codemig foi autorizada por projeto aprovado no ano passado através da Lei 4.827/2017, de Pimentel, que autorizava “a transformação da empresa pública Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – em sociedade de economia mista”. Já a autorização para a cisão da estatal em duas foi aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gereis (ALMG) através de uma emenda “Frankenstein” no texto de autoria do deputado Antônio Jorge (PPS), que já tramitava na Casa e que tratava de critérios para que entidades sem fins lucrativos possam ser consideradas organizações sociais de saúde. Mas após grande polêmica e reação dos deputados estaduais o governo recuou e encaminhou à ALMG um projeto de lei para tratar do assunto.

O governo mineiro inclusive já havia enviado a cisão da estatal, que já foi registrada em ata na Junta Comercial. A Codemig ficaria responsável apenas pelo controle da exploração do nióbio, altamente lucrativo, e nova estatal Codemge, seria responsável das águas mineiras, deficitária.

De acordo com os parlamentares, o governo de Minas quer vender a parte lucrativa da empresa, que cuida da extração de nióbio, e ficar com a parte não rentável. “Para pagar suas contas e cumprir compromissos equivocados que fez durante esses três anos, o governo quer pegar esse patrimônio e vender a preço de banana ou então dar como garantia em algum empréstimo bancário”, disse o líder do bloco de oposição Gustavo Corrêa (DEM).

Pimentel repete os governos petistas, se diz contra a privatização, mas quando governam arranjam novos nomes para ela (concessão, venda de ações, etc). Pimentel quer vender a Codemig e passar para os monopólios e especuladores a produção e comercialização bilionária do nióbio, minério estratégico, consumido em todo o mundo, que tem 75% da produção mundial em Minas.

PRESIDENTE
Já o presidente da empresa, Marco Antonio Castello Branco, tão entreguista quanto Pimentel, só que mais escrachado, destacou que “no momento em que a taxa de juros baixou muito, o interesse dos investidores em comprar as ações cresce. Quando eles estão muito interessados em comprar ações, aí temos a vantagem de ter uma grande valorização do ativo da Codemig [...] Muitos investidores estão procurando ações. Então, depois que você tem esse interesse do mercado, você tem que ter ativos bons. Então, para fazer o nióbio ficar mais atrativo do que já é, o investidor precisa perder a percepção de risco que ele tem

da Codemig, porque ele não entende essa diversidade de atividades e ele está interessado em comprar aquilo que ele vê que é um bom negócio, que ele entende, então fizemos a cisão e separamos isso, mesmo porque se ele não está interessado em pagar pelos outros ativos, nós não vamos entregar de graça”. Ainda negando a privatização, ele destaca “o Estado está abrindo mão, vendendo parte de um patrimônio, não está desestatizando a Codemig. As informações do jornal estão erradas”.

RARO
O nióbio é um mineral raro e estratégico, usado como elemento de liga de propriedades em produtos de aço, especialmente nos aços de alta resistência e baixa liga usados na fabricação de automóveis e de tubulações para transmissão de gás sob alta pressão. E utilizado também em superligas que operam a altas temperaturas, em turbinas de aeronaves a jato, e em diversas indústrias de alta tecnologia. Existem apenas três minas de nióbio em todo o mundo. No Brasil, onde estão 98% das reservas conhecidas do metal.

O nióbio produzido em Araxá (MG) corresponde a 75% da produção mundial. Sua produção anual é de 90 mil toneladas, e estimativas apontam que a reserva atual é de aproximadamente 400 anos.

Em 2010, um documento secreto do Departamento de Estado americano, vazado pelo site WikiLeaks, incluiu as minas brasileiras de nióbio na lista de locais cujos recursos e infraestrutura são considerados estratégicos e imprescindíveis aos EUA.

O principal interessado na compra da Codemig é a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), da família Moreira Sales, (e seus sócios do Itaí/Unibanco), que exploram o nióbio na região desde 1965, sem licitação. De acordo com contrato celebrado em 1972, a CBMM é obrigada a conceder 25% da participação nos lucros ao governo, através da Codemig, e é exatamente essa parte que eles querem de volta.

Há suspeitas de diversas irregularidades neste acordo, de acordo com documentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG), a CBMM repassa ao Estado 25% de seu faturamento, vendendo o quilo do mineral por menos de U\$ 40. Mas, de acordo com dados da Secretária Comércio Exterior do governo federal, o quilo do nióbio praticado no mercado internacional é U\$ 52,36. Para o Tribunal também há disparidades da quantidade do nióbio extraído e as toneladas comercializadas. A suspeita é que a quantidade extraída e vendida seja superior à declaradas pela Companhia.

O TCE-MG destacou também que, se for realizada, a venda das ações da Codemig vai agravar o problema da renúncia de receitas do Estado. “A questão da renúncia de receita no futuro está diretamente ligada à Codemig, já que a receita da mineração do nióbio, mesmo com os desfalques, se reverte diretamente em receita para o Estado. Com a abertura do capital, 49% desse valor vai para a iniciativa privada”, explica o assessor do TCE, Pedro Henrique Magalhães.



“O estado está vendendo parte de um patrimônio, não está desestatizando”

Governadores do NE defendem fundo para segurança e criticam esvaziamento da Polícia Rodoviária Federal

Durante o Fórum dos Governadores do Nordeste, neste terça-feira (6), foi assinada a Carta de Teresina, onde os nove chefes de estado da região afirmam a necessidade de construção de um plano de segurança nacional que possa fazer frente ao crime organizado, que tem crescido substancialmente. A carta foi enviada ao ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.

De acordo com a Carta 40,5% dos assassinatos registrados no Brasil, em 2016, foram no Nordeste. Por isso “faz-se necessário a criação de mecanismos que possibilitem ações integradas de enfrentamento à violência, baseadas no monitoramento constante da sua dinâmica nacional, permitindo, através da análise das condições previsíveis de migração do crime e do criminoso, estabelecer ações capazes de neutralizar este deslocamento”, apontaram os governadores.

De acordo com Paulo Câmara (PSB), governador de Pernambuco, uma nova política nacional de segurança pública precisa ser construída “com planejamento e sem improvisação”. Ele alertou para a necessidade de reforçar a proteção das fronteiras, e criticou o esvaziamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que, segundo ele, não teve a devida atenção ao longo dos últimos anos. “Devo reconhecer o trabalho



Os nove governadores querem integrar as ações de inteligência e estratégia policial

que vem sendo feito pelos governadores, que, apesar da crise, têm feito enorme esforço para contratar pessoal e comprar novos equipamentos”, enfatizou.

Os governadores demonstraram grande preocupação com o avanço das organizações criminosas na região e destacaram que “urge adotar sistema informatizado de compartilhamento de informações nacional, que favoreça a padronização de dados qualificados sobre organizações criminosas, viabilizando a repressão uniforme”.

Os governadores propõem uma “Operação na Região Nordeste para o enfrentamento ao crime nas áreas de divisas e fronteiras com a integração de todas as forças de segurança; A criação de um Fundo Nacional de Segurança Pública, tendo como fontes recursos oriundos das loterias da Caixa Econômica Federal, valores arrecadados de prêmios não reclamados, além das quantias relativas ao IPI, ICMS provenientes do comércio de armas; Mutirão para julgamento dos presos provisórios”, dentre outras.

A Carta também trás propostas de médio e longo. Para os governadores é fundamental a “criação do Sistema Único e Nacional de Segurança Pública, um modelo de integração da inteligência estratégica - todos conectados -, monitoramento integrado de fronteiras do Brasil com uso de geotecnologias e recursos humanos especializados, com atuação direta e plena das forças armadas, criação do Sistema Nacional de Identificação Civil, criação de programas de ressocialização e oportunidades de trabalho e geração de renda para os egressos” entre outros.

Além da Carta, um acordo de cooperação que visa a implementação de ações integradas de combate ao crime, a criação de um criar o Sistema Regional de Segurança Pública e Gestão Penitenciária, além de encontros periódicos para compartilhar informações e implementar projetos de combate ao crime organizado, também foi assinado pelos nove governadores.

BRF: Ex-funcionária relata que foi orientada a fraudar laudos e ocultar contaminações

A funcionária demitida da BRF – gigante do setor de carnes, dona da Sadia e Perdigão – e uma das denunciantes na Operação Carne Fraca, Adriana Marques Carvalho, disse, nesta segunda-feira (5), à Polícia Federal (PF) que ocorriam fraudes para alterar laudos de análises contaminadas. Ela relatou que quando havia a constatação de salmonela nos produtos, o laboratório determinava a alteração dos resultados para “negativo”. A empresa nega as acusações.

Adriana foi supervisora do laboratório de análise do controle de qualidade da BRF e moveu ação trabalhista contra a empresa em 2015, onde mostrou os e-mails trocados na época da fraude. Ela foi conduzida coercitivamente pela manhã por policiais federais, pela Operação Trapapa, terceira fase da Operação Carne Fraca. Em depoimento, confirmou que havia pressão de seus superiores para que ocorresse as fraudes.

O processo de Adriana serviu como base para o pedido de prisão de Pedro de Andrade Faria, ex-presidente global da BRF, na Operação Carne Fraca. A polícia afirma que uma troca de e-mails entre diretores da empresa sobre a ação judicial da funcionária chegou até ao alto escalão da BRF, cujos diretores deram anuência para impedir o andamento do processo.

Segundo a PF, as investigações demonstraram que cinco

laboratórios credenciados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e setores da BRF, fraudavam resultados de exames em amostras de seu processo industrial, informando ao Serviço de Inspeção Federal (SIF/MAPA) dados fictícios em laudos e planilhas técnicas.

As fraudes tinham como finalidade burlar SIF/MAPA e, com isso, não permitir que o Ministério da Agricultura fiscalizasse com eficácia a qualidade do processo industrial da empresa investigada.

Adriana contou em depoimento que recebia as amostras do SIF, “ocasião em que eram submetidas a processo de rastreabilidade das análises”.

“Nesse processo de rastreabilidade havia a realização da prova bioquímica para constatação de salmonella. Havendo a constatação de samonella, o laboratório determinava a alteração dos resultado para negativo”, explicou a ex-funcionária.

A ex-funcionária contou que nos sistemas de informática da empresa tinham duas pastas de arquivos para laudos: um com os resultados reais e outro com nome fictício, com resultados adulterados que seriam informados ao SIF.

Adriana Carvalho contou ainda que para o novo resultado fosse negativo, ele fazia “um novo processo de rastreabilidade para constar como negativo”.

“As fraudes eram do co-

nhecimento do alto escalão, inclusive sabia da participação de um alto diretor. Que tomou conhecimento das fraudes desde sua contratação até a demissão”, diz o termo de depoimento prestado pela ex-funcionária

De acordo com a Adriana Carvalho, as fraudes também foram utilizadas para manipular resultados de produtos que foram destinados ao consumo para o mercado externo, já que para o mercado interno “não era exigido laudo”.

Entre as ações do esquema denunciado por Adriana Carvalho, as fraudes também foram utilizadas para manipular resultados de produtos que foram destinados ao consumo para o mercado externo, já que para o mercado interno “não era exigido laudo”.

Entre as ações do esquema denunciado por Adriana Carvalho, as fraudes também foram utilizadas para manipular resultados de produtos que foram destinados ao consumo para o mercado externo, já que para o mercado interno “não era exigido laudo”.



Aumento abusivo e chantagem mentirosa

VITÓRIA DA SILVA CABREIRA*

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre encaminhou ao Conselho Municipal de Transportes Urbanos (Comtu) pedido de aumento da tarifa de ônibus da capital dos atuais R\$ 4,05 para abusivos R\$ 4,50. Acompanha o pedido parecer da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), afirmando que, se o projeto que restringe o direito ao meio passe estudantil for aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, o impacto na tarifa proposta seria de 11 centavos (R\$ 0,1118). Trata-se de uma tentativa de chantagem a sociedade e em especial os vereadores da capital através da manipulação dos números, como provaremos a seguir.

A Prefeitura afirma nas planilhas apresentadas ao Comtu que a participação dos estudantes na composição da tarifa é de 3,96%. Considerando a tarifa de R\$ 4,50, os estudantes representariam R\$ 0,17 nesse valor. Afirma ainda que, se aprovado o projeto na Câmara Municipal de Vereadores, 36,8% dos estudantes beneficiados pelo meio-passe perderiam o direito. Assim podemos concluir com base nos números apresentados pela prefeitura que o impacto na tarifa seria de R\$ 0,06, isso se todos os estudantes atingidos continuassem utilizando ônibus e pagando a tarifa completa. Acontece que no mesmo parecer a prefeitura estima que do total de estudantes prejudicados com a perda do direito ao meio-passe, 50% deixaria de utilizar os ônibus da capital.

É revelador que em seu parecer a prefeitura considere aceitável que milhares, algo na casa de 40 mil estudantes, tenham seu direito ao meio-passe cassado por esse projeto. A prefeitura deveria gerir políticas para garantir o acesso à educação. Isso é um crime contra milhares de famílias, que deve ser combatido, é a principal justificativa para rejeitar por completo essa proposta.

Os cálculos apresentados servem somente para pressionar a Câmara de Vereadores a aprovar um projeto desnecessário e equivocado, que contribuirá para a evasão escolar. e para que o Comtu aprove um reajuste da tarifa de ônibus que não resolve o problema do transporte coletivo de Porto Alegre. É evidente que encarecer a passagem vai fazer com que cada vez menos pessoas usem o transporte público em Porto Alegre.

Tornar o transporte mais rápido, investir em mais corredores de ônibus e em tecnologia para que o passageiro saiba em quanto tempo seu ônibus chegará, melhorar a integração do sistema e garantir a segurança das pessoas são algumas medidas que, na nossa ótica, contribuiriam para um serviço mais atrativo. Também é preciso fazer uma discussão com toda a sociedade sobre o financiamento do transporte, para garantir que o preço da passagem diminua.

Por isso os estudantes continuarão lutando contra o aumento abusivo, em defesa do meio passe e em defesa do direito de acesso à educação.

***Vitória da Silva Cabreira é presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre – UMESPA – publicado no portal Sul 21**

TJ-PA nega recurso e mantém limite de produção da Hydro

O desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), negou nesta segunda-feira (5) o pedido de liminar da norueguesa Hydro Alunorte para retornar as atividades da empresa, após ter sua produção industrial reduzida em 50% por determinação da Comarca de Barcarena, município paraense afetado pela contaminação causada pelo transbordamento de rejeitos químicos.

O magistrado entendeu que “a suspensão parcial das atividades resulta em prejuízo para a impetrante tanto quanto supostamente tais atividades eventualmente também resultariam em dano ao meio ambiente e, nesta circunstância, observando um lado e outro (...), entendo que não há necessidade de uma medida de urgência nesta ação que não possa aguardar o seu julgamento”.

A Hydro Alunorte está operando com 50% da capacidade desde sexta-feira (2) por conta da decisão do juiz Iran Ferreira Sampaio, do Tribunal de Justiça do Pará. O juiz atendeu pedidos apresentados em ação movida pelo Ministério Público do Pará, onde fica claro que a empresa não retornaria as atividades sem a licença de operação. Além disso, justificou a decisão com base no possível risco à vida das comunidades e ao meio ambiente. Caso a multinacional norueguesa descumpra a ordem judicial e volte a operar na bacia DSR2, pagará uma multa diária de R\$ 1 milhão e os responsáveis responderão por crime de desobediência podendo ter prisão preventiva decretada.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) embargou o depósito de rejeitos sólidos nº 2 (DRS-2) e o duto clandestino, que conduzia rejeitos de minério para a mata. A empresa também foi multada em R\$ 20 milhões, sendo metade por realizar atividades potencialmente poluidora sem licença válida da autoridade ambiental competente, e a segunda por operar tubulação de drenagem também sem licença.

UM MODELO PARA O BRASIL

Disponível (pela Internet) no site da editora: www.allprinteditora.com.br.
Preço: R\$ 20,00 (mais frete); número de páginas: 52.

O livro mostra como estruturar uma sociedade equilibrada, onde todos podem ser felizes. Isso porque todos serão respeitados e, consequentemente, assistidos pelo Estado em suas principais necessidades.

Claudio Lopes



Diretor no Banco Mundial, Martin Raiser

Temer e Banco Mundial miram salário mínimo: “É muito alto”

Em relatório sobre a economia brasileira, lançado nesta quarta-feira, 7, durante reunião com o governo federal, o Banco Mundial afirmou que o grande inimigo do emprego formal no Brasil é o “alto” e “crescente” salário mínimo praticado no país.

O relatório do Banco Mundial, assim como o da OCDE (órgão que reúne os países mais ricos do mundo), apresentado na semana passada, tem como objetivo reforçar o plano do governo de pôr fim do salário mínimo, atualmente em R\$ 954. E para isso, usam como argumento duas mentiras: uma de que o mínimo no país é alto e outra a de que cresceu absurdamente nos últimos anos.

Em relação ao salário mínimo ser alto, o próprio relatório da OCDE, divulgado em 2015, aponta que o salário do Brasil é o segundo mais baixo entre uma lista de 27 países. O Brasil ficaria à frente apenas do México. O salário mínimo por hora no Brasil era de US\$ 1,12, enquanto da Austrália de US\$ 9,54; Estados Unidos de US\$ 6,26 e Japão, US\$ 5,52, por exemplo.

Quanto ao “crescente” valor do salário mínimo, a informação também não é verdadeira, uma vez que o mínimo vem perdendo ano a ano o seu poder de compra. Mesmo que tenha tido uma política de valorização durante o governo Lula, desde então, o que se viu foi uma brutal desvalorização. Neste ano, por exemplo, o reajuste foi 1,81%, ou R\$ 17, índice abaixo da inflação do período, 2,07%, medido pelo INPC e, nos anos anteriores, os reajustes seguiram uma regra que basicamente apenas repunha a inflação.

A proposta do Banco Mundial é que se crie uma política diferenciada para os jovens, de forma que, quando entrem no mercado de trabalho, recebam abaixo do mínimo de acordo com a idade. Além de querer legalizar o trabalho escravo, na prática - porque um salário abaixo de R\$ 954 não teria outro fim - uma série de outras medidas são defendidas pelo Banco Mundial, entre elas mais mudanças nas leis trabalhistas.

Ao exaltar a “reforma trabalhista”, aprovada no ano passado, o relatório afirma que “o governo espera que essas mudanças - juntamente com uma nova lei que abre mais espaço para a terceirização e contratos de trabalho temporário - deem mais flexibilidade aos contratos firmados”, ou seja, menos direitos e mais arrocho.

Governo desvia recursos do FAT e rombo atinge R\$ 17,5 bilhões



FAT garante ao trabalhador direitos como seguro-desemprego e abono

Secretário insiste em defender idade mínima para aposentadoria mesmo com derrota da reforma

Para defender a criação de uma idade mínima para a aposentadoria no Brasil - proposta que já foi derrotada com o arquivamento da reforma da Previdência - o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, usou os dados sobre as aposentadorias ocorridas no ano passado, afirmando que os brasileiros se aposentaram cedo demais. “Isso reforça a necessidade de se ter idade mínima de aposentadoria no Brasil”, diz Caetano.

Após tamanho alarde feito pelo próprio governo, afirmando que não haveria mais dinheiro para pagar os direitos previdenciários, é natural que quem já se en-

quadrava na condição de se aposentar por tempo de contribuição não esperasse muito tempo. Ainda assim, a diminuição da idade média de aposentadoria em 2017 em relação a 2016 foi ínfima. Entre os homens passou de 55,82 para 55,57 anos e entre as mulheres, de 53,25 para 52,8 anos.

A campanha pela definição de uma idade mínima vem junto com os ataques abertos feitos pela OCDE (grupo de reúne os países mais ricos) e o Banco Mundial contra o salário mínimo e pela desindexação dos benefícios da Previdência. Ou seja, querem que os benefícios possam ser ainda menos do que o mínimo.

E para desvalorizá-lo ainda mais, a proposta defendida por esses órgãos é que os reajustes deixem de acompanhar o mínimo e passem a ser ajustados apenas pela inflação.

Conforme alertou a Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), mesmo com a derrota da reforma da Previdência, as tentativas de assalto ao dinheiro do povo ainda não acabaram. Por isso, “a mobilização irá continuar, principalmente agora nas eleições. Estaremos alertas contra qualquer um que venha a defender a retirada de direitos dos trabalhadores e aposentados”.

Vigilantes do DF mantêm greve em defesa de reajuste de salários e manutenção de direitos

Vigilantes do Distrito Federal decidiram em assembleia, na terça (06), pela continuidade da greve contra a retirada de direitos e pelo reajuste de salário. A decisão foi unânime.

A categoria, que está em estado de greve desde 28 de fevereiro pela aprovação de uma Convenção Coletiva que não retire direitos e que reajuste os salários em 3,1% e o auxílio alimentação em 6,8%, está se reunindo em assembleias todas as noites desde o começo da greve, tendo sido aprovada a continuidade da paralisação por unanimidade nas assembleias das últimas segunda e terça-feira (5 e 6).



O Sindicato dos Vigilantes (SINDESV-DF) avisa que “a cada dia a greve dos vigilantes do DF fica mais forte, assim como a indignação e a revolta contra a intranquilidade patronal”.

Até o fechamento desta edição, estava marcada uma negociação para a quarta-feira (07), que seria seguida de nova assembleia para discutir seus próximos passos do movimento.

Anamatra cobrará no Congresso alterações na reforma trabalhista que protejam o trabalhador

Os senadores e deputados federais instalaram na última terça-feira, 6, no Congresso Nacional, uma Comissão Mista para analisar a Medida Provisória (MPV 808/2017), que regulamentará pontos da reforma trabalhista. A comissão conta com a participação de mais 50 parlamentares das duas casas legislativas (titulares e suplentes), e será presidida pelo senador Gladson Cameli (PP/AC) e o deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) como vice. A relatoria será definida na terça-feira, dia 13.

Desde a chegada da MPV

ao Congresso em novembro - pouco depois da entrada em vigor da reforma trabalhista do governo Temer, que na prática, acabou com diversos direitos dos trabalhadores previsto na Consolidação da Lei do Trabalho (CLT) - recebeu 967 emendas de senadores e deputados, entre elas sugestões da Associação dos Magistrados da Justiça Trabalhista (Anamatra), que sugeriu 28 mudanças ao texto sobre temas como trabalho intermitente, tarifação do dano moral, adicional de insalubridade

para gestantes e lactantes, terceirização, entre outros. A MPV 808/2017 perdeu a validade no último dia 22 de fevereiro, porém o senador Eunício Oliveira (MDB-CE), prorrogou por mais 60 dias sua vigência.

Na época da edição da medida, a Anamatra chegou a afirmar que a MP não resolveria os principais problemas apontados pela associação, no que diz respeito às inconstitucionalidades e inconveniências da reforma trabalhista. E apontou ainda que, em alguns aspectos a MP chega a piorar a condição anterior, na perspectiva do trabalhador.

Com a Comissão Mista, a Anamatra espera que parlamentares revejam alguns aspectos da reforma “no sentido de equilibrar a relação entre capital e trabalho, privilegiando os contratos por tempo indeterminado e a proteção constitucional dos trabalhadores”, disse o diretor de Assuntos Legislativos da Associação, Paulo Boal.



Governo não garante aporte do Tesouro Nacional e põe em risco garantias de seguro-desemprego e abono salarial

Os desvios dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que garantem o direito ao seguro-desemprego e abono salarial, podem chegar a R\$ 17,5 bilhões este ano. O desvio é feito através da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que permite ao governo reter 30% dos recursos do fundo para passar a outras áreas. Desde 2007, esse aporte é compensado pelo Tesouro Nacional, mas de acordo com reportagem do Jornal Folha de S. Paulo, o governo não irá mais cobrir as despesas desvinculadas. Sem o aporte do governo, o déficit no fundo chegará a R\$ 16,7 bilhões este ano.

O FAT tem fontes de recursos próprios, provenientes da arrecadação do PIS-PASEP e além do abono salarial e seguro-desemprego também é responsável por financiar programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São ainda mantidos com recursos do FAT programas de incentivo ao emprego e geração de renda.

Em vez de estancar a sangria da DRU, o plano do governo é que compensação seja feita através do resgate de depósitos (esses recursos alocados pelo fundo em outras instituições, que têm como fim fomentar programas de incentivo ao emprego) ou pelo BNDES. Segundo o coordenador-geral de Recursos do FAT, Adriano Rezende Soares, o aporte viria “com o resgate dos depósitos especiais, que devem somar R\$ 17,4 bilhões esse ano. Já é possível cobrir o déficit. Se o valor for maior que o previsto, ainda há a possibilidade de pedir o retorno dos recursos que estão com o BNDES”, diz.

Enquanto isso, continua o roubo ao dinheiro do trabalhador, através da DRU. Essa medida foi um mecanismo criado no governo Fernando Henrique, em 1994, e que desvia recursos de uma área do orçamento para outra, mesmo que esses recursos estejam definidos na Constituição Federal, como é o caso do FAT. Na época, 20% do orçamento eram desviados, mas percentual foi aumentado no governo Dilma para 30%. Por isso, o montante retirado do

FAT precisa ser reposto com recursos do Tesouro Nacional e é esse recurso que está em risco.

Além de aumentar o percentual de recursos a serem desviados, outras medidas de arrocho foram tomadas ainda no governo Dilma para “reduzir o rombo” do FAT, como a medida provisória que alterou as regras para o acesso ao seguro-desemprego, dificultando ainda mais o obtenção do benefício. Antes, era preciso a comprovação de seis meses trabalhados para fazer a primeira solicitação. Agora, é necessário ter no mínimo 12 meses trabalhados na primeira solicitação, 9 meses na segunda e 6 meses na terceira.

Para além do FAT, a DRU também retira 30% dos recursos da Seguridade Social, que custeia a Previdência, e foi alvo de diversas críticas. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) publicou diversos documentos analisando a questão e pontua que não é possível haver déficit na previdência se o governo continua a desviar 30% dos seus recursos para o pagamento de juros.

Para a Anfip, “A histórica renovação da DRU, sob as mais diversas denominações, desde 1994, demonstra o aspecto superavitário do Orçamento da Seguridade Social, que sempre foi o principal alvo da desvinculação”. Se falta dinheiro, de onde vem o recurso desviado da previdência para o pagamento de juros?

Além dos desvios do próprio governo, o número de desempregados cresce exponencialmente desde 2014, com o emprego formal diminuindo a olhos vistos, enquanto apenas os trabalhos informais e esporádicos crescem nas pesquisas de emprego e renda. Segundo o Sérgio Firpo, professor de Economia do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa), outras medidas podem ser tomadas para o financiamento do FAT. “Empresas que demitem muito, por exemplo, poderiam pagar alíquotas maiores. O crescimento da economia também, fazendo com que menos trabalhadores precisem sacar o seguro-desemprego”, ressaltou.

ANA CAMPOS



Nos últimos 11 anos, redução foi drástica

Incrá: governo não assentou nenhuma família em 2017

No ano passado, o governo federal não assentou nenhum grupo familiar, conforme dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo o Instituto, os últimos 11 anos foram lamentáveis para as famílias, sendo o número de assentamentos drasticamente reduzidos ano a ano.

De 136.358 grupos familiares assentados em 2006, o número passou a 1.686 famílias em 2016, chegando a zero em 2017.

Em resposta à reportagem do UOL, o Incra justificou a paralisação dos assentamentos devido à falta de controle do governo nos parâmetros de cadastro e seleção de famílias ao Programa Nacional de Reforma Agrária. “A Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, alterou os parâmetros de cadastro e seleção de famílias ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O Incra aguarda a publicação de decreto presidencial regulamentando dispositivos da lei para retomar o ingresso de novas famílias no PNRA”, informou o instituto. Esses grupos fami-

liares que necessitam do assentamento do governo para terem onde morar e produzir, na maioria das vezes se juntam em acampamentos onde a terra é marcada pela violência. O governo Michel Temer, com cortes orçamentários, medidas provisórias e projetos de lei de arrocho, tem atacado diretamente as políticas de distribuição de terra e incentivo à agricultura familiar. Segundo o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Gilmar Mauro, “uma explosão de conflitos e violência tem se acirrando”.

A diretora nacional do MST, Débora Nunes, diz que o atual momento é o pior da reforma agrária na história recente de país. Segundo ela, além de não acampar famílias, o governo vem deixando de lado ações para dar condições básicas aos assentamentos criados. “Há casos de assentamentos com 10, 20 anos, que não têm água potável, estradas, acesso à saúde e à educação. Há casos em que eles não tem sequer casas”, diz.



Só a JBS deve R\$ 2,3 bilhões à Previdência

Dívida de empresas com a Previdência chega a R\$ 250 bi

A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) divulgou nesta semana as empresas que mais devem para a Previdência. De acordo com a Confederação, a dívida ativa total das empresas para com a Previdência alcança mais de R\$ 250 bilhões.

Entre as líderes na lista está a JBS, empresa alimentícia conhecida por seu envolvimento direto em esquemas de corrupção, com R\$ 2,3 bilhões de devidos. Na lista também estão a Associação Educacional

Luterana do Brasil, com R\$ 1,7 bilhão e outra do ramo alimentício, a Marfrig Global Foods, que deve R\$ 1,1 bilhão. Mais para baixo na lista, o Banco Bradesco, que deve R\$ 575 milhões. Além das empresas, os municípios de Guarulhos e São Paulo são grandes devedores, com R\$ 738 e R\$ 614 milhões, respectivamente.

Para a entidade, “é urgente uma política de governo capaz de reverter essa situação e a COBAP insiste que o governo tome medidas eficazes para reaver esse dinheiro”.



Corte atinge salário e verba para educação

Professores argentinos fazem greve nacional contra arrocho perpetrado por Mauricio Macri

Os professores argentinos pararam no país todo e, aos milhares, se manifestaram na frente do Ministério de Educação nacional, em Buenos Aires, nos dias 5 e 6 de março, rejeitando o arrocho dos salários, o fechamento de escolas, o arrocho no orçamento para a educação e a ameaça às aposentadorias.

Segundo os sindicatos, a adesão à greve "está entre 85% e 90%", declarou Roberto Baradel, dirigente da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) pela província de Buenos Aires, o distrito que concentra 40% da população do país e com aproximadamente três milhões de alunos entre o ensino primário e secundário, 65% dos quais frequentam escolas públicas.

Em apoio à greve, milhares de docentes ocuparam as ruas do centro da capital argentina, rejeitando a política econômica do governo de Mauricio Macri que ameaça todas as conquistas conseguidas por anos de luta e trabalho. A manifestação contou com o apoio da Confederação Geral do Trabalho, CGT, e da Central de Trabalhadores da Argentina, CTA, principais entidades sindicais que caminham juntas nas mobilizações nos últimos meses.

“Dizemos ao governo que não vamos aceitar que nos ponham de joelhos. Não nos calamos, não consentimos, não vamos assinar nenhuma coisa contra os trabalhadores e o povo”, sublinhou a secretária-geral da Ctera, Sonia Alessio.

Os professores responsabilizaram Macri e ao ministro de Educação, Alejandro Finocchiaro, pelo conflito. Principalmente, pela decisão de desconhecer as negociações coletivas, previstas pela Lei de Financiamento Educativo. Esta forma de negociação funcionou normalmente desde 2008 até 2016 como o espaço onde os sindicatos e as autoridades definiam um piso salarial para os professores de todo o país, e estabeleciam os montantes de dois fundos nacionais, um Compensador – para garantir que as províncias mais pobres possam pagar o piso salarial – e outro de Incentivo Docente – que se reparte de forma igualitária entre todos os professores do país, para melhorar seus salários. Em 2016, durante o primeiro ano da gestão de Macri, a negociação nacional se realizou ainda, fixou um piso salarial, destinou recursos a esses dois fundos. Mas a partir de 2017, o governo desarticulou a negociação nacional. Agora, aumentando o arrocho, este ano a eliminou por decreto.

O resultado foi que os docentes viram cair o poder aquisitivo de seus salários. Os professores rechaçaram o ajuste salarial anual de 15% em três partes proposto pelo governo, que busca vincular os aumentos com uma avaliação extremamente subestimada da inflação para 2018, “para não acentuar o aumento do custo de vida” que chegou a 24.8% em 2017 e foi de 1.8% em janeiro.

Baradel declarou que na próxima semana poderia se definir a continuidade das mobilizações. “Se não temos novidades, voltaremos a convocar assembleias e os docentes decidiram as novas medidas”.

Itália: depois de rasgar direitos trabalhistas, Matteo Renzi colhe uma fragorosa derrota nas urnas

Nas eleições de domingo, em que nenhum partido alcançou maioria suficiente para formar isoladamente o governo, o grande derrotado foi Matteo Renzi, que encabeçou o governo italiano e incluiu entre as medidas de arrocho - que buscam agradar a União Europeia e, assim, prestar serviço aos bancos, e às multinacionais – uma lei que corta direitos trabalhistas com o esdrúxulo nome de Jobs Act (ou lei do emprego).

Para evitar a convocação de novas eleições pelo presidente, os partidos devem formar alianças para indicar o primeiro-ministro do país.

Com o resultado, o Movimento Cinco Estrelas, de Luigi de Maio, conhecido por suas críticas ao arrocho imposto pela União Europeia e por sua política contrária ao acolhimento de imigrantes, se tornou a maior força política do Parlamento, com 32,22% dos votos, o que representa um crescimento de 6% em relação à última eleição. Para o Senado, o partido de Maio fez 32,2% dos votos. Embora tenha defendido contra as coligações, para disputar o governo precisará recorrer ao apoio de outras forças.

A Liga do Norte, de Matteo Salvini, aliado de Marine Le Pen na Europa, obteve 17,69% dos votos, um crescimento de 13,59%, e mesmo não sendo o partido mais votado, a sua coligação com os partidos, Força Itália, Fratelli d'Italia (Irmãos da Itália) e o Nós com Itália, alcançou a maioria, reunindo 37% dos votos para a Câmara. Para o Senado o partido de Salvini alcançou 17,6% dos votos – já sua

coligação, 37,5%.

O Partido Democrático, de Matteo Renzi, no poder desde 2013, teve o seu pior resultado desde sua formação em 2007, alcançando 18,9%, o que representa uma retração de -6,5% no seu eleitorado. Para o Senado o resultado do partido de Renzi foi de 19,1%. Mesmo levando em consideração a coligação do partido, o resultado governista também não impressiona: apenas 22,8% dos votos para a Câmara e 23% para o Senado. Devido ao resultado obtido nas eleições, Renzi apresentou sua demissão da Secretaria Geral do Partido e declarou que fará oposição ao novo governo - segundo ele, provavelmente encabeçado por alguma força crítica aos ajustes da União Europeia. Porém, uma ala do partido já declarou pretensão de se ligar ao Cinco Estrelas.

A Força Itália, do condenado Silvio Berlusconi, alcançou só 13,94% dos votos para a Câmara, redução de -7,66%, e 14,4% a o Senado, resultado que impede que a sigla encabece a formação do novo governo conforme pretendido antes das eleições.

Já o partido Livres e Iguais somou 3,38% para a Câmara, o Irmãos da Itália, 4,3%, o Nós com Itália, 1,3% e a plataforma Poder ao Povo, que concorreu incluindo o partido Fundação Comunista, 1,1%.

Passadas as eleições, no próximo dia 23 de março, o Parlamento deve reunir os novos deputados e senadores eleitos para escolher seus líderes. A partir daí, devem ter início as conversações junto ao presidente italiano, Sergio Mattarella, para a constituição do novo governo.

Síria: fotógrafos denunciam fraude no uso de suas fotos



Foto de ataque israelense a Gaza, é divulgada como “bombardeio de casas na Síria”



Pai com filha ao colo foge de bombas em Mossul. Nas redes, episódio seria ‘na Síria’



Tamam Azzam, fez essa montagem com fotos, mas seu trabalho aparece nas redes como “escultura feita com escombros da casa do artista”. Sua casa está intacta



Otaibi teve seu trabalho, realizado na Arábia Saudita para denunciar horrores da guerra, divulgado como “menino sírio entre os túmulos de seus pais”



Ao saber do uso indevido de seu trabalho, Otaibi publicou mais algumas imagens com o seu sobrinho durante os preparativos para a foto

Fotos postadas nas redes sociais com supostas atrocidades do governo sírio estão sendo, uma a uma, desmascaradas como farsa

Com o avanço das forças sírias para libertar um dos últimos redutos de terroristas entrincheirados na região de Guta Oriental, há, mais uma vez, uma propagação de notícias falsas atribuindo às Forças Armadas da Síria o assassinato de civis perpetrado pelos bandos que tentavam desestabilizar o governo sírio e que, apesar do farto armamento e financiamento, colhem derrota sobre derrota.

Entre os estrategemas midiáticos para socorrer os terroristas do colapso, está em curso a divulgação de fotos pelas redes sociais retratando o sofrimento dos sírios, que estariam à mercê de bombas-barril e outras barbaridades.

No entanto, a exemplo do que diz o ditado, de que “toda mentira tem pernas curtas”, os próprios fotógrafos, entrevistados por jornalistas que prezam a verdade, estão apresentando desmentidos em série, esclarecendo que essas supostas “imagens documentais” não coincidem nem em tempo, nem em local, com as legendas que as acompanham.

Assim, pode-se dizer que a fraude foi fotografada. As fotos ao lado – algumas atribuídas pela rede RT, como originárias de um “usuário de Cleveland, Sami Sherpak” - com a verdadeira situação correspondente são, de cima para baixo, conforme informações pesquisadas e divulgadas pelo jornal O Globo e o site The Quint, entre outros:

1. Um bombardeio israelense sobre Gaza, no ano de 2014, atribuído a bombardeio pelas forças sírias. A foto é de Sameh Nidal Rahmi.
2. A segunda foto “viralizou” nas redes sociais e tinha como legenda: “Pai corre com filha no colo para tentar protegê-la da guerra na Síria”, mas é uma fotografia feita em março

de 2017, na cidade de Mossul, no Iraque, sob bombardeio norte-americano.

3. Uma montagem de um artista sírio, Tamam Azzam, fotografada, circulou com os dizeres: “A Estátua da Liberdade reconstruída por um artista sírio com os destroços da própria casa, destruída por um bombardeio do governo.” Tamam esclarece que postou “esse trabalho com a legenda de que se tratava de uma montagem, a partir de recortes de fotos, mas foi utilizado de uma maneira completamente diferente. Era uma maneira de retratar a esperança, de que, em meio a tantos bombardeios, haveria uma chama de liberdade. A notícia falsa não é algo que afeta diretamente minha arte, mas afeta a mente das pessoas”.

4. O fotógrafo Abdul Aziz Al Otaibi, fotografou uma montagem com um garoto entre dois túmulos que representariam a perda de seu pai e sua mãe. Otaibi esclareceu que fez a foto para retratar a dor das perdas na guerra, só que ela foi tirada em Iambo, cidade portuária na Arábia Saudita. A foto foi divulgada com a legenda: “Menino sírio deitado entre os túmulos de seus pais”.

5. Vendo o mal uso de sua foto, ele divulgou fotos de seu sobrinho que aparece descontraído durante os preparativos para fazer o trabalho artístico.

Como está em matéria que publicamos na edição anterior, também houve a foto de uma menina, com o rosto sujo para dizer que ela passava pelos horrores da guerra sem saber o que de fato acontecia. O fotógrafo, Al Sabouni, disse que a menina era, de fato, síria, por nome Sidra, mas que “está bem e vive com sua família na cidade de Homs”. Ele postou então outras fotos com Sidra tranquila e feliz junto com familiares.

NATHANIEL BRAIA



CNN em plena divulgação de mais uma fake new



RT mostra menino antes e após a liberação de Alepo

Flagra sobre criança de Alepo pega rede CNN de calça curta

Assim como agora, em Guta, durante a luta pela libertação do setor leste de Alepo, também choveu uma saraivada de “denúncias” que propalavam falsidades, como bombardeio de civis pelas forças sírias. Quando, afinal, Alepo ficou livre das hordas apoiadas pelo desvario imperial norte-americano, não apareceram nem os corpos das vítimas, nem familiares alimentar aquela cruzada. Resultado, a mídia parou, de uma hora para outra, de falar nos “crimes em Alepo”.

Quando a casa da família Daqnish, situada em Alepo Leste, ruiu atingida por uma bomba, que até hoje não se sabe de onde partiu, o pai, conseguiu retirar o filho e a filha e correu para salvar a mulher e um filho mais velho (este infelizmente faleceu). Enquanto mexia nos escombros, o pessoal dos Capacetes Brancos (estrutura criada pela CIA e afins - sob o pretexto de resgatar civis atingidos pela guerra - e que, ao invés disso, se ocupou em ‘documentar’ bombardeios, sempre atribuídos ao governo sírio e aliados russos), surgiu imediatamente, só que, ao invés de ajudar o pai desesperado, pegaram o garoto, naquele instante, aflito e desolado, o levaram para o interior de uma Van, nas proximidades do local e, com ele ainda cheio de poeira em seu rosto, o sentaram em uma poltrona e o fotografaram. A CNN recebeu cópia da foto,

junto com matéria das mãos de sua repórter internacional, Christiane Amanpour, dizendo que a casa havia sido bombardeada por “aviões sírios”. A âncora, da CNN, Kate Boduan, não conteve as lágrimas - providenciais para reforçar a dramaticidade - ao relatar o que teria “ocorrido” com Omran. Que teria, segundo Boduan, cinco anos de idade. Isso em junho de 2017. Acontece que Alepo foi libertada, a casa dos Daqnish, como muitas outras, reconstruída e o garoto, agora limpo e penteado, apareceu em reportagem da rede Russia Today. O pai de Omran, também falou a uma TV síria dizendo que não aceitara oferta de dinheiro por parte dos “Capacetes” para dizer o que estes queriam, ou seja, de que a casa fora destruída por bombas atiradas de aviões sírios. Ao invés disso, ele declarou: “não ouvi, em nenhum momento que antecedeu a explosão, o barulho de aviões ou helicópteros nas proximidades de minha residência”. Além da indignação com a atitude daquele organismo, que se diz de resgate, de se ocupar em tirar fotos ao invés de socorrer seus familiares, o pai de Omran acrescentou: “quando resgatei o que pude da minha família fiquei desesperado ao não ver o meu filho, que eu já havia socorrido. Foi uma aflição até descobrir aonde o haviam levado”.



Cena do filme com a atriz Sally Hawkins

"A forma da água": EUA, uma história de torturas e desaparecimentos

A partir da estreia de “A Forma da água”, filme de Guillermo del Toro, recolhi várias opiniões de cinéfilos e não tão cinéfilos. Escutei discussões sobre se, com a obra, del Toro estava ou não fazendo uma homenagem aos seus filmes favoritos, à estética de Jean-Pierre Jeunet em Amélie (2001) - que não deixa de ser um remake do “Monstro da lagoa negra”, que Jack Arnold dirigiu em 1954. Inclusive se fala da obra como uma releitura pseudo-intelectual da Bela e a Fera para adultos.

No entanto, e com permissão da indústria cinematográfica, minha tese é a seguinte: ao longo da história da humanidade podemos ver que em amplos ramos das artes temos conseguido expressar, de maneira criativa, as situações sociais e políticas. Tem se demonstrado que as artes são o meio pelo qual se denuncia fortemente o que não poderíamos dizer em voz alta, sob pena de colocar em risco nossa própria vida.

Portanto, levando em conta que Guillermo del Toro é um mexicano exitoso na era Trump e tudo o que isto significa: xenofobia, racismo, machismo, muro fronteiriço entre Estados Unidos e México. Poderia o premiado cineasta nos contar algo mais, além da obra de linda estética?

Pensando nisto, é bom destacar que o personagem-guia é uma mulher muda (latina?), que a simples análise fala do obrigado silêncio a que é relegada a metade da população. Seu melhor amigo é um pintor gay e a companheira de trabalho, uma mulher negra, vítimas da violência psicológica. Estes três personagens são representativos das mal chamadas minorias, cada um tem uma história individual. Para além do filme e em pequenos momentos, as cenas aparentemente esquecidas por parecerem não tão importantes, por não serem românticas, estão nos detalhes de como vêm sendo relegados à obscuridade e ao silêncio.

Falemos dos vilões. Em primeiro lugar do coronel Strickland, branco e extremamente machista, militar estadunidense, família de foto de publicidade dos anos 50. Nada disso é casualidade. Depois poderíamos falar dos russos, mas estamos no meio da Guerra Fria. No entanto, há um vilão chave que quase não vemos, o general Frank Hoyt, que revela o que é realmente importante para o governo estadunidense, desenvolvendo a ideia de que não importa ser decente, não há espaço para equívocos. A imagem do homem decente e da família feliz criada nos EUA é somente uma fachada, para vender o famoso “sonho americano”. É impossível que estas frases sejam um acidente.

Vamos pensando que o slogan de Donald Trump é “fazer a América grandiosa novamente”. A época focada pelo filme é a da Guerra Fria, o final dos anos 50 e o início dos 60.

Claro, temos o maravilhoso rebelde, que desde dentro se revela a ambos governos, Dimitri, que se destaca com sua ética como cientista e dá sua vida por isso.

Finalmente chegamos à Criatura, vinda de um lago da América do Sul, no Brasil. Deus de um povo originário semi-humano, foi raptado, desaparecido pelos militares. A ele se dedica toda uma cena de tortura, sob o poder da picana elétrica, arma favorita dos militares formados na Escola das Américas. Seguramente, isto será recordado pelos milhares de desaparecidos na América Latina, sitiada pelas ditaduras de militares treinados pelo governo estadunidense.

Diante deste conjunto de ideias e análises, será que esta obra nos convida a trabalhar a memória e a perguntar se queremos repetir nossa história?

Natalia Beluche Barrantes, atriz formada em Arte Dramática. Artigo publicado originalmente no jornal La Prensa, do Panamá

Trump processa Califórnia por não aceitar lei anti-imigrantes

O governo Trump decidiu processar na última terça-feira o estado da Califórnia, que se nega a colaborar com a campanha de perseguições e deportações em massa de imigrantes. Conforme o Departamento de Estado, prefeitos, empresários e funcionários públicos só conseguem manter uma posição contrária à orientação policial para encontrar amparo na legislação aprovada recentemente no estado, que é considerado “santuário” por não perseguir imigrantes.

“Estamos prontos para responder a esta nova investida do governo Trump”, enfatizou Kevin de León, presidente do Senado estadual e autor da iniciativa que converteu a Califórnia em protetor dos direitos dos imigrantes. “Não vamos colaborar com as autoridades federais em seu empenho para separar famílias de imigrantes honradas, que só vivem de

seu trabalho e enriquecem nossas comunidades”, acrescentou. O prefeito de Sacramento, capital do estado, Darrel Steinberg, destacou a relevância e a justiça da decisão, diante da necessidade da ameaça aos direitos humanos. “Nós não aprovamos estas leis para proteger a pessoas com antecedentes criminais, mas para proteger as nossas comunidades dos agentes da imigração”, frisou Steinberg.

O Departamento de Justiça, dirigido por Jeff Sessions, não aceitou a nova legislação e visitou o estado nesta semana para pressionar as autoridades locais para que recuem e aceitem o retrocesso aplicado a nível nacional. De acordo com o governo Trump, estas leis representam a imposição de “políticas injustas, ilegais e inconstitucionais”, que “obstruem a lei federal de imigração e violam a cláusula da supremacia da Constituição”.

Pyongyang e Seul marcam para abril cúpula pela reconciliação



Kim Jong Un e a esposa Ri Sol-ju no jantar oferecido à delegação do Sul em Pyongyang

Gary Cohn abandona governo e torna-se a 1ª baixa da “guerra do aço” de Trump

No front da guerra comercial que Trump diz que “é muito boa e fácil de vencer”, seu governo sofreu uma baixa importante na quarta-feira (7) para um governo que já tem mais furos que um queijo suíço, a do banqueiro e Goldman-boy Gary Cohn, seu principal conselheiro econômico.

Em janeiro, o déficit comercial dos EUA aumentou 5%, para 56,6 bilhões, em relação a igual período do ano anterior. O déficit com a China aumentou 16%, para US\$ 36 bilhões.

Na semana passada, Trump impôs alta de 25% sobre tarifas na importação de aço e de 10% na de alumínio. Já em Bruxelas a comissária de Comércio da União Europeia, Cecília Malmström, botou uma jaqueta preta de couro para apresentar uma lista provisória de retaliações:

motocicletas Harley Davidson, jeans Lewis, creme de amendoim, bourbon e suco de laranja (no total de US\$ 3,5 bilhões).

A explicação – e a lei em que se baseou a alta de tarifas - de Trump foi de que se tratava de uma “questão de segurança nacional”. Madame Malmström se mostrou pasma: “não podemos ver como a União Europeia, amigos e aliados na Otan, podem ser uma ameaça à segurança nacional dos EUA”.

China, União Europeia e mais 16 nações ingressaram na Organização Mundial do Comércio contestando a medida de Washington. A OMC alertou os estados membros para “pararem a queda dos primeiros dominós” de uma guerra comercial.

O economista Michael Hud-

son chamou a atenção para outro aspecto do uso exatamente de tal lei para elevar tarifas. “Trump disse: qualquer acordo que façamos, podemos quebrar a qualquer momento, dizendo ‘segurança nacional’”. Ele acrescentou que o que isso significa é que “livre comércio” para você. “Nós sempre podemos proteger o que estamos fazendo para a segurança nacional”. E numa situação dessas, o que o Canadá e o México vão fazer?

Com aquele espírito de ‘grandes empreendimentos, maiores negócios’, o porta-voz do Congresso Nacional do Povo da China, Zhang Yesui, disse considerar natural que “exista alguma fricção” entre Washington e Pequim, já que o volume de comércio bilateral supera US\$ 580 bilhões.

Durante reunião da delegação sul-coreana de alto nível com o líder Kim Jong Un em Pyongyang foi acertada a realização da cúpula para avançar o diálogo norte-sul

Após reunião em Pyongyang em que uma delegação de alto nível do sul foi recepcionada pelo líder do norte, Kim Jong Un, logo após os históricos Jogos de Pyeongyang, as duas partes da milenar nação coreana anunciaram na quarta-feira (7) a realização de uma cúpula intercoreana em abril, a primeira em dez anos.

A primeira ocorrerá em Panmunjon, na zona desmilitarizada na fronteira. O chefe da delegação do sul, Chung Eui-yong, relatou ter ouvido de Kim sua “firme vontade de avançar vigorosamente” para que seja escrita “uma nova história da reunificação nacional”. O que converge para a disposição expressa pelo presidente Moon Jae-in de “reconciliação nacional”. Foi Moon que no discurso de abertura em Pyeongyang, chamou a Coreia de “única nação dividida do mundo”, ao se referir ao “desejo ardente” em sediar os jogos.

O próprio Trump, que não para de tuitar provocações, inclusive dizendo que o botão nuclear dele “é maior” e que poderá passar para a “fase 2”, se viu obrigado a dizer que os coreanos do norte “rebeberam um crédito tremendo porque os Jogos Olímpicos não estavam indo bem” e “de repente, do nada, [a Coreia Popular] apareceu e disse que gostaria de participar”, o que, acrescentou, “fez com que a competição fosse muito bem-sucedida”.

KIM YO JONG

O que é uma forma de admitir que a Coreia Popular ganhou o “ouro olímpico da diplomacia”, ao, diante da ameaça de uma guerra nuclear na península, seu líder Kim ter convocado a um diálogo pela reconciliação nacional “entre nós coreanos”. O que acabou se transformando no desfile conjunto com a bandeira da nação coreana sem divisão, azul e branca, na abertura e encerramento dos Jogos, na equipe feminina conjunta de hóquei feminino no gelo, e na presença da irmã do líder do norte, Kim Yo Jong, e do presidente da Assembleia Popular Suprema, Kim Yong Nam.

Poucas vezes se viu em um acontecimento público uma figura tão isolada e amarga quanto a do vice de Trump, Mike Pence, na abertura dos Jogos. A participação dos atletas e artistas do norte, a simpatia da irmã de Kim, a emoção de 30 mil vozes cantando a ‘Coreia é uma só’ e a canção da reunificação, Arirang, contribuíram para tornar oca a campanha de difamação de Washington que apresenta o norte como um circo de horrores e seu líder Kim, como um vilão enlouquecido. (Como já fizeram com o Iraque e Sadam, com a Líbia e Kadafi, e agora com a Síria e Assad – só para citar alguns dos agredidos pelos EUA).

Há mais de 70 anos os EUA se recusam a assinar um tratado de paz na península coreana, e mantêm a nação de 5 mil anos de história dividida pela ocupação com quase 30 mil soldados. Nesses anos, quantos países a Coreia Popular invadiu, em quantos organizou golpes de estado, contra quantos montou bloqueios e sanções? A resposta, todos sabem, é nenhum. Totalmente ao contrário dos EUA, que invade um país atrás do outro, deixando um rastro de destruição e

genocídio (Coreia, Vietnã, Iugoslávia, Iraque, Afeganistão, Líbia, Síria). Se considerar só golpes de estado, a lista é imensa: Irã, Congo, Indonésia, Chile, Grécia. Sanções, então nem se fala.

Desde que foi empossado, Trump vem tentando rasgar o acordo que seu antecessor, Obama, assinou (mais cinco países) com o Irã. É exatamente o que W. Bush fez com o acordo de congelamento de programa nuclear que, em 1994, Bill Clinton assinou com a Coreia Popular, e que foi negociado pelo ex-presidente Carter. A Coreia também ingressou no Tratado de Não-Proliferação. W. Bush pôs a Coreia Popular no “eixo do mal” e, violando a não-proliferação, a ameaçou de “ataque nuclear preventivo” em 2002. Foi então que Pyongyang decidiu constituir sua força de dissuasão nuclear – que é mínima, mas eficaz, diante do enorme arsenal nuclear ianque.

Ao se dirigir para Pyongyang, a delegação do sul salientou o objetivo do presidente Moon de “alcançar a paz permanente na região” e de contribuir para a retomada de negociações entre o norte e os EUA. Conforme Chong, na visita houve uma “troca aprofundada de opiniões” para aliviar as tensões militares agudas na península e “ativar o diálogo e o intercâmbio”. A Coreia Popular há meses tem feito sua parte para criar as condições de negociação sugeridas pela Rússia e China (“duplo congelamento”) – não faz testes de mísseis nem de ogivas nucleares. Já Washington insiste em manter suas grandes manobras militares de ensaio de uma invasão (em abril e agosto).

A Coreia Popular também sempre defendeu a desnuclearização da península coreana. A força de dissuasão nuclear se tornou uma necessidade imperiosa depois que os governos dos EUA demonstraram sem qualquer dúvida que não respeitam os acordos que assinam, e fazem o que é proibido pela lei internacional (“não-proliferação”): um país armado nuclearmente não pode ameaçar de ataque nuclear “preventivo” um país desarmado.

Ao longo de várias décadas, o avô de Kim Jong Un, Kim Il Sung, patriarca do renascimento da nação coreana depois da anexação pelos japoneses, propôs vários caminhos, ponderados, verificáveis, para redução de exércitos nas duas partes, retirada escalonada das tropas americanas e a constituição de um sistema confederal, com cada parte mantendo, pelo tempo que for necessário, o sistema social e político que mais lhe aprouver, mas restaurando a unidade da nação coreana.

Negociações com a Coreia Popular sempre são sem condições prévias, mas a força de dissuasão nuclear do norte só serve porque há um ladrão de terras que não quer largar o osso. Sem o ladrão de terra alheia, não será mais necessário. O representante de Seul disse ter ouvido de Kim que “poderia compreender” quanto a não ser possível adiar as manobras militares de abril, o que talvez seja o entendimento lúcido de que quem manda nas armas no sul ocupado é um general americano. Mas a KCNA continua advertindo contra as provocações e o frenesi de guerra.

ANTONIO PIMENTA

A MÁ GESTÃO DO NOSSO PAÍS TEM SOLUÇÃO?

O SINTERGS RESPONDE: SIM.

A má gestão do País, com a qual só quem ganha é o mercado financeiro, precisa imediatamente de um fim. As propostas defendidas pelo SINTERGS apontam soluções para esse cenário de crise através do **combate aos desvios de dinheiro**, do **fim dos cabides de emprego** e de uma **auditoria da dívida pública**, bandeiras históricas do SINTERGS.

A perda de direitos dos trabalhadores com a reforma trabalhista, já aprovada, e a reforma da previdência do Governo Temer são uma verdadeira humilhação. Ter a humildade de aceitar boas propostas é fundamental para fazer nosso País sair desta crise de uma vez por todas.

NOSSO PAÍS NÃO PODE MAIS FICAR NESTA SITUAÇÃO. OS TRABALHADORES NÃO SÃO OS CULPADOS.

Não há solução sem diálogo efetivo. Presidente, senadores e deputados, deem ouvidos a quem sabe.

www.sintergs.org.br - facebook.com/sintergs

BOA POLÍTICA TEM NOME.

Nelson Mandela: “Por este ideal, estou preparado para morrer” - (4)

Continuação da edição anterior

“Nossa luta é uma luta verdadeiramente nacional. É uma luta do povo africano, inspirada por nosso próprio sofrimento e nossa própria experiência. É uma luta pelo direito de viver”, afirmou o líder Nelson Mandela em seu pronunciamento em 1964, do qual publicamos hoje a última parte

NELSON MANDELA

Fui influenciado em meu pensamento tanto pelo Ocidente quanto pelo Oriente. Tudo isso me levou a sentir que devo ser absolutamente imparcial e objetivo na minha busca por uma fórmula política. Não devo me amarrar a nenhum sistema específico de sociedade, senão o do socialismo.

O **Umkhonto** foi formado por africanos, para promover sua luta pela liberdade. Comunistas e outros apoiaram o movimento, e nós só desejaríamos que mais setores se unissem a nós.

Nossa luta é contra sofrimentos reais, e não imaginários - ou, para empregar a linguagem do promotor do Estado, “chamados sofrimentos”. Basicamente, combatemos dois elementos, que são as marcas características da vida africana na África do Sul e são institucionalizados pela legislação que queremos ver revogada.

Esses elementos são a pobreza e a ausência de dignidade humana.

A África do Sul é o país mais rico da África e poderia ser um dos mais ricos do mundo. Mas é uma terra de extremos e de contrastes espantosos. Os brancos desfrutam o que muito possivelmente seja o padrão de vida mais elevado do mundo, enquanto os africanos vivem na pobreza e miséria.

Quarenta por cento dos africanos vivem em reservas absolutamente superlotadas e, em alguns casos, assoladas pela seca, onde a erosão do solo e o uso excessivo do mesmo faz com que lhes seja impossível sobreviverem adequadamente com a agricultura.

Trinta por cento são lavradores, meeiros e assentados em fazendas de proprietários brancos, trabalhando e vivendo sob condições semelhantes às dos servos na Idade Média.

Os outros 30% vivem em cidades onde desenvolveram hábitos econômicos e sociais que, sob muitos aspectos, os aproximam dos padrões brancos. Mas a maioria dos africanos, mesmo os que integram esse último grupo, é pobre, devido à sua renda baixa e ao alto custo de vida.

O setor africano urbano mais bem pago e próspero fica em Johannesburgo. Mas sua posição atual é desesperadora.

A pobreza anda de mãos dadas com a desnutrição e a doença. A incidência de doenças provocadas pela desnutrição e a deficiência nutricional é muito alta entre os africanos. Tuberculose, pelagra, kwashiorkor, gastroenterite e escorbuto provocam mortes e a destruição da saúde. O índice de mortalidade infantil é um dos mais altos do mundo.

De acordo com o Departamento de Saúde de Pretória, estima-se que a tuberculose mate 40 pessoas por dia, quase todas africanas, e em 1961 foram informados 58.491 casos novos.

Essas doenças não apenas destroem os órgãos vitais do corpo, como resultam em condições mentais retardadas, em falta de iniciativa e redução do poder de concentração. Os resultados secundários de tais condições afetam toda a comunidade e o padrão do trabalho realizado por africanos.

Mas a queixa dos africanos não é o fato de serem pobres e dos brancos serem ricos, mas de que as leis feitas pelos brancos visam a preservar essa situação.

Existem duas maneiras de sair da pobreza.

A primeira é pela educação formal, a segunda é o trabalhador conquistar qualificações maiores no seu trabalho, passando a ser mais bem pago.

No que diz respeito aos africanos, ambos esses caminhos para a melhora de situação são propositalmente limitados pela legislação.

Pego à Corte que recorde que o governo atual sempre buscou criar obstáculos aos africanos em sua busca de educação. Um de seus primeiros atos depois de chegar ao poder foi revogar os subsídios para a merenda escolar africana. Muitas crianças africanas que frequentavam a escola dependiam desse complemento à sua alimentação. Esse foi um ato cruel.

Há ensino obrigatório para todas as crianças brancas, a virtualmente nenhum custo para seus pais, sejam eles ricos ou pobres. Não são dadas oportunidades semelhantes às crianças africanas, embora existam algumas que recebiam essa assistência.

Geralmente, porém, as crianças africanas precisam pagar mais pelo ensino que as crianças brancas. De acordo com estatísticas citadas pelo Instituto Sul-Africano de Relações Raciais em seu periódico de 1963, aproximadamente 40% das crianças africanas na faixa dos 7 aos 14 anos não frequentam a escola. Para as que o fazem, os padrões diferem tremendamente dos que são oferecidos às crianças brancas.

Em 1960-61, o governo gastou *per capita*, com alunos africanos em escolas auxiliadas pelo Estado, estimados 12,46 rands. Nos mesmos anos, gastou *per capita*, com crianças brancas na província do Cabo (essas são as únicas cifras às quais tive acesso), 144,57 rands. Embora eu não tenha estatísticas à mão, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que as crianças brancas, com as quais foram gastos 144,57 rands *per capita*, todas vieram de famílias mais ricas que as crianças africanas com as quais foram gastos 12,46 rands *per capita*.

A qualidade do ensino também é diferente. De acordo com o “Bantu Educational Journal”, apenas 5.660 crianças africanas em toda a África do Sul foram aprovadas no exame de conclusão do ensino fundamental em 1962, e, naquele ano, apenas 362 estudantes africanos passaram pelo exame de admissão na universidade.

Presume-se que esses resultados sejam condizentes com a política de educação bantu, sobre a qual o primeiro-ministro atual declarou, durante o debate sobre a Lei de Educação Bantu, em 1953, quando era ministro dos Assuntos Nativos:

“Quando eu tiver controle da educação dos nativos, vou reformá-la de modo que os nativos sejam ensinados desde a infância a perceber que a igualdade com os europeus não é para eles. Pessoas que acreditam na igualdade não são professores desejáveis para nativos. Quando meu departamento controlar a educação nativa, saberá para que classe de ensino superior um nativo é apto e se ele terá na



vida uma chance de fazer uso de seu conhecimento.”

EMPREGOS

O outro obstáculo ao avanço econômico do africano é a barreira trabalhista de cor, sob a qual todos os empregos melhores e mais bem pagos na indústria são reservados exclusivamente para brancos.

Ademais, os africanos que atuam nas ocupações não qualificadas e semiqu qualificadas que lhes são permitidas não são autorizados a formar sindicatos que sejam reconhecidos pela Lei de Conciliação Trabalhista.

Isso significa que as greves de trabalhadores africanos são ilegais e que é negado aos trabalhadores africanos o direito à negociação coletiva, que é permitido aos trabalhadores brancos mais bem pagos.

A discriminação contra os trabalhadores africanos, que faz parte da política de sucessivos governos sul-africanos, é demonstrada pela chamada “política trabalhista civilizada”, pela qual empregos não qualificados e protegidos no setor público são oferecidos aos trabalhadores brancos que não estão à altura dos trabalhos na indústria, empregos esses que pagam salários que superam de longe os ganhos médios do trabalhador africano na indústria.

O governo frequentemente responde às críticas, dizendo que os africanos na África do Sul vivem em condições econômicas melhores que os habitantes dos outros países da África.

Não sei se essa afirmação é verdadeira, e duvido que qual-

quer comparação possa ser traçada sem levar em conta o índice de custo de vida nesses países. Mas, mesmo que seja fato, é irrelevante, no que diz respeito ao povo africano. Nossa queixa não é a de sermos pobres em comparação com pessoas de outros países, mas a de sermos pobres em comparação com as pessoas brancas de nosso próprio país - e de sermos impedidos pela legislação de modificar esse desequilíbrio.

A falta de dignidade humana vivida pelos africanos é resultado direto da política de supremacia branca. A supremacia branca supõe a inferioridade negra. A legislação que visa preservar a supremacia branca institucionaliza essa noção. As tarefas subalternas na África do Sul são invariavelmente realizadas por africanos. Quando qualquer coisa precisa ser carregada ou limpada, o branco olha em volta, à procura de um africano que o faça por ele, quer o africano seja empregado por ele, quer não. Devido a esse tipo de atitude, os brancos tendem a enxergar os africanos como uma espécie diferente.

Não os veem como pessoas que têm suas próprias famílias; não percebem que nós temos emoções; que nos apaixonamos, como se apaixonam os brancos; que queremos estar com nossas mulheres e nossos filhos, como os brancos querem estar com os deles; que queremos ganhar dinheiro, dinheiro suficiente para sustentar nossas famílias adequadamente, alimentá-las, vesti-las e fazê-las frequentar a escola. E que empregado doméstico, jardineiro ou lavrador braçal

pode algum dia ter a esperança de fazer isso?

As leis do passe, que para os africanos estão entre as mais odiadas da África do Sul, tornam qualquer africano passível de ser barrado pela polícia a qualquer momento. Duvido que exista um único africano do sexo masculino na África do Sul que não tenha, em algum momento, tido um desentendimento com a polícia em torno de seu passe. Centenas e milhares de africanos são colocados na cadeia todos os anos devido às leis do passe. Ainda pior que isso, é o fato de que as leis do passe separam maridos e mulheres e levam à desintegração da vida familiar.

A pobreza e a desintegração da vida familiar têm efeitos secundários. Crianças perambulam pelas ruas das comunidades porque não têm escolas a frequentar; ou não têm dinheiro que lhes possibilite frequentar a escola, ou não têm pais em casa para verificar se vão à escola, porque pai e mãe, quando os dois estão presentes, precisam trabalhar para manter a família viva.

Isso leva a uma ruptura nos padrões morais, ao aumento alarmante da ilegitimidade e à violência crescente, que explode não apenas politicamente, mas em toda parte. A vida nas comunidades é perigosa. Não se passa um dia sem que alguém seja apunhalado ou agredido. E a violência é levada para fora das comunidades, para as áreas residenciais brancas. As pessoas têm medo de andar sozinhas na rua, à noite. Os assaltos e arrombamentos de casas vêm aumentando, apesar do fato de que tais crimes podem agora ser punidos



Nelson Mandela: “Sentenças de morte não podem curar a ferida aberta. A única cura consiste em mudar as condições nas quais os africanos são forçados a viver, atendendo às suas reivindicações legítimas.”

com a sentença de morte. Sentenças de morte não podem curar a ferida aberta.

A única cura consiste em mudar as condições nas quais os africanos são forçados a viver, atendendo às suas reivindicações legítimas. Os africanos querem receber salários que possibilitem a sobrevivência. Os africanos querem fazer o trabalho do qual são capazes, e não o trabalho do qual o governo os declara capazes. Queremos poder viver onde obtemos trabalho, e não ser impedidos de viver numa área porque não nascemos ali.

Queremos ser autorizados e não obrigados a viver em casas alugadas que jamais poderão ser nossas. Queremos fazer parte da população geral, e não ser confinados em nossos guetos.

Os homens africanos querem ter suas mulheres e seus filhos vivendo com eles, onde eles trabalham; não querem ser forçados a viver de modo antinatural, em albergues de homens.

Nossas mulheres querem estar com seus companheiros, e não viver nas reservas como viúvas permanentes.

Queremos o direito de estar fora de casa às 23h, e não sermos confinados em nossos quartos, como criancinhas.

Queremos o direito de viajar em nosso próprio país e buscar trabalho onde quisermos, e não onde o Birô do Trabalho nos manda.

Queremos uma participação justa na África do Sul como um todo; queremos segurança e uma participação na sociedade.

Sobretudo, queremos direitos políticos iguais, porque sem esses direitos nossas deficiências serão permanentes. Sei que isso soa revolucionário aos brancos deste país, porque a maioria dos eleitores será formada por africanos. Esse fato faz o homem branco temer a democracia.

Mas não se pode permitir que esse temor seja um obstáculo à única solução que vai garantir harmonia racial e liberdade para todos. Não é verdade que a extensão do direito de voto a todos resultará em dominação racial. A divisão política baseada na cor é inteiramente artificial e, quando desaparecer, desaparecerá também o domínio de um grupo de cor por outro. O **CNA** já passou meio século lutando contra o racismo. Quando triunfar, como certamente triunfará, não mudará essa política.

É isso, portanto, que o **CNA** combate. Nossa luta é uma luta verdadeiramente nacional. É uma luta do povo africano, inspirada por nosso próprio sofrimento e nossa própria experiência. É uma luta pelo direito de viver.

Dediquei toda a minha vida à luta do povo africano.

Lutei contra o domínio branco e lutei contra o domínio negro.

Defendi e prezo a ideia de uma sociedade democrática e livre, em que todas as pessoas convivam em harmonia e com oportunidades iguais.

É um ideal pelo qual eu espero viver e que espero ver realizado.

Mas, se preciso for, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer.